PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS

ANO 98 · Nº 928

REVISTA DE SEGUROS

- ROUBOS CRESCEM EM CANTEIROS DE OBRAS PROTEGIDOS POR RISCOS DE ENGENHARIA
- CNSEG LANÇA AGENDA JURÍDICA DO MERCADO SEGURADOR
- LITIGÂNCIA PREDATÓRIA AVANÇA NO PAÍS E AFETA SEGURO

REGULAMENTAR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SEM MINAR INOVAÇÃO É POSSÍVEL?

SOLUÇÕES DA CNSEG
PARA O MERCADO SEGURADOR

Infraestrutura de ponta, segura, robusta e sustentável;

Ferramentas de busca, filtros e personalização na **entrega de dados;**

+ 140 clientes com soluções específicas para cada ramo do seguro;

Dados do mercado segurador compartilhados e consolidados em um data lake, com série histórica e dashboards interativos com a visão de mercado;

Soluções com informações preditivas baseadas em **Machine Learning, IA e Data Analytics;**

Equipe de especialistas dedicados para atendimento, conforme a necessidade da associada;

Atualização **em tempo real** de dados nos sistemas;

Governança e compliance em relação à regulação, em conformidade com a LGPD;

Soluções que previnem, identificam e **combatem fraudes** e outras irregularidades.

Saiba mais:

Entre em contato:

comercial@cnseg.org.br

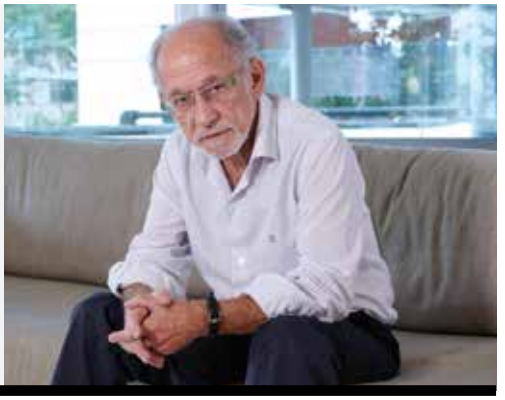
CNseg

SUMÁRIO

06

ENTREVISTA

O economista José Márcio Camargo fala sobre a tensão geopolítica que se sobrepõe à agenda social do Brasil na Presidência do G20 e a resistência à proposta de livre comércio dos produtos agrícolas do Mercosul na Europa.



18

PAGAMENTOS PIX / DREX

Na esteira do sucesso do Pix, o Banco Central do Brasil faz testes para lançar o Drex, o Real digital, cujo projeto-piloto termina em maio. Os resultados serão apresentados ao mercado no segundo semestre deste ano.

08

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Projeto que tramita no Congresso com proposta de regulamentação da IA deve atingir o objetivo principal de proteger pessoas e, ao mesmo tempo, ser um indutor do desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País.

22

SAÚDE SUPLEMENTAR

A resistência à ação dos antibióticos no tratamento de infecções é um desafio global. Segundo o Pnuma/ONU, 4,95 milhões de óbitos no mundo, em 2019, foram associados à Resistência Antimicrobiana (RAM).

12

RISCOS DO PETRÓLEO

A Eiopa, agência que regula o mercado de seguros na União Europeia, planeja impor limites mais rígidos para a exposição das seguradoras aos riscos da indústria petrolífera em toda a cadeia produtiva do setor.

28

ADAPTABRASIL

A OMS associou a disseminação da dengue ao El Niño, fenômeno que aumenta a temperatura, permitindo que o mosquito sobreviva por mais tempo. De janeiro a março, o Brasil registrou mais de 1,8 milhão de casos da doença.

16

SANEAMENTO BÁSICO

Apesar de ter avançado no País, saneamento básico exige o dobro do volume de recursos que vem sendo aplicado a cada ano para alcançar as metas de universalização previstas no Novo Marco Legal do setor para 2033.

30

RISCOS CIBERNÉTICOS

A explosão de crimes virtuais em um mundo cada mais vez digital levou a Susep a estudar o desenvolvimento de novos produtos para proteger pessoas e empresas da exposição aos ataques cibernéticos.

EXPEDIENTE

CNseg
Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE
Roberto de Souza Santos

1º VICE-PRESIDENTE
Ivan Luiz Gontijo Junior

VICE-PRESIDENTE
Luciano Soares e Pablo dos Santos Meneses

VICE-PRESIDENTES NATOS
Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade, Denis dos Santos Morais , Edson Luis Franco e Manoel Antonio Peres

DIRETOR-PRESIDENTE
Dyogo Oliveira

DIRETORES
Eduard Folch Rue, Eduardo Nogueira Domeque, Eduardo Stefanello Dal Ri, Erika Medici Klaffke, Felipe Costa da Silveira Nascimento, Francisco Alves de Souza, Helder Molina, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski, Marcelo Malanga, Patricia Andrea Freitas Velloso dos Santos, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão, Pedro Pereira de Freitas, Ullisses Christian Silva Assis

REVISTA DE SEGUROS
Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

EDITORA-CHEFE
Carla Simões - Jornalista 27138

EDITORES EXECUTIVOS
Clovis Horta e Vagner Ricardo

EDITOR DE IMAGEM
Kleber Batista Mattoso

ORIENTAÇÃO EDITORIAL
Alexandre Leal, Carla Simões, Dyogo Oliveira, Genildo Lins, Glauce Carvalhal

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO
Interponto

COLABORADORES
André Felipe de Lima, César Faccioli, Dil Mota, Letícia Nunes, Michel Alecrim, Renata Batista, Thais Ruco e Vagner Ricardo

FOTOGRAFIA
Arquivo CNseg, arquivo pessoal, banco de imagens Google, CBJ, COB, divulgação de empresas e Wagner Carmo CBAt.

PROJETO GRÁFICO
Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA
Kleber Batista Mattoso

DIAGRAMAÇÃO
Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA
Superintendência Executiva de Comunicação e Marketing da CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
https://revistadeseguros.cnseg.org.br/
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra1/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

PERIODICIDADE
Trimestral

CIRCULAÇÃO
Digital: 4.000 destinatários
Impressa: 2.000 destinatários

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

[**Por:** Dyogo Oliveira **Foto:** Arquivo CNseg]

IA: À ESPERA DE UM MARCO LEGAL QUE PRESERVE A INOVAÇÃO SEM DESPROTEGER DADOS PESSOAIS

A regulamentação da Inteligência Artificial (IA) representa um desafio global, pois deve aliar a proteção de dados pessoais à continuidade da inovação tecnológica. O Brasil, a exemplo das grandes economias, está em vias de aprovar o marco legal de IA – a matéria deve ser votada ainda neste semestre. Dada a relevância da discussão e sua repercussão em todas as atividades, a Revista de Seguros escolheu o tema para a matéria de capa desta edição. Motivo? O mercado segurador é altamente inovador, e os dados são o principal insumo de sua atividade. Em consequência, a nova legislação deve considerar as peculiaridades do setor e possibilitar que o uso da IA continue fomentando as inovações e a melhoria de processos. Tomara!

Em tempos de mudanças climáticas, outro debate relevante ocorre na União Europeia e envolve a indústria de óleo e gás. A Eiopa, a Susep do bloco europeu, publicou uma minuta de regulamentação que, em síntese, eleva as reservas de capitais das seguradoras na subscrição de riscos das petrolíferas e nas carteiras de investimento das companhias de seguros que tenham ações de óleo e gás, tendo em vista a volatilidade dos papéis esperada nos próximos anos com a descarbonização da economia mundial. Como as normas da Eiopa influenciam órgãos de supervisão de seguros em todo o mundo, é prudente acompanhar o debate no bloco europeu, já essa regulamentação pode ser replicada fora da União Europeia.

A litigância predatória é outro assunto abordado nesta edição da Revista de Seguros. Trata-se do ingresso de várias ações judiciais iguais em diversos juizados contra o mesmo réu. Há casos de escritórios no País com até 50 mil processos deste tipo em andamento, gerando prejuízos de bilhões de reais por meio de ações fraudulentas. A prática afeta a saúde financeira das empresas e representa aumento descontrolado da sinistralidade para as seguradoras. Não por acaso, o tema está no radar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e das seguradoras que oferecem Garantia Judicial.

O lançamento em março da 1ª Agenda Jurídica do Mercado Segurador é outra notícia relevante. O documento exibe as ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) com a participação da CNseg, quer como requerente, quer como amicus curiae.

Outra reportagem mapeia os riscos de ataques cibernéticos em um mundo cada vez mais digital. A matéria aponta a crescente investida contra empresas de todos os portes e segmentos no País, a procura por coberturas contra riscos cibernéticos e as ações das seguradoras para reduzir os eventos por meio de medidas preventivas.

Esta edição trata ainda do bom momento da carteira de Riscos de Engenharia, destacando, porém, o aumento dos roubos e furtos de materiais de construção nos canteiros de obras, e examina o que foi feito na área de saneamento básico após o novo Marco Legal. A conclusão é que o ritmo atual é insuficiente para alcançar a universalização dos serviços em 2033.

Boa leitura!

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens, Agência Brasil]

TENSÕES GEOPOLÍTICAS SE SOBREPÕEM AOS TEMAS DE INTERESSE DO BRASIL NO G20

Pela primeira vez à frente da Presidência rotativa do G20, o Brasil prepara-se para ser sede do encontro que reunirá, em novembro, no Rio, as 20 economias mais robustas do planeta. A pauta de debates destaca temas caros à humanidade – como inclusão social, combate à fome e à pobreza e transição energética –, que correm o risco de ser ofuscados pela tensão geopolítica, sobretudo a prolongada guerra entre Ucrânia e Rússia. A Presidência rotativa do Brasil no G20 e, em 2025, as cúpulas dos BRICS, COP-30 e Mercosul, os desafios fiscais do País e a transição energética estão entre os temas avaliados nessa entrevista do economista José Márcio Camargo.

Ao assumir a Presidência rotativa do G20 pela primeira vez, o Brasil escolheu temas, como inclusão social, combate à fome e à pobreza, desenvolvimento sustentável e transição energética. Como esses tópicos podem avançar no G20?

Com base nas reuniões preliminares, a impressão é de que faltou combinar a escolha da pauta com os outros 19 membros do grupo. No encontro de ministros de Finanças e presidentes de BC do G20, em fevereiro, os países do G7 deram mais importância à guerra que ocorre na Europa do que às questões que o Brasil quer transformar em prioridade no encontro. Não houve sequer uma declaração conjunta dos países, porque o que prevaleceu foi uma pauta paralela, discutida entre Estados Unidos, França e Alemanha, sobre mecanismos para aumentar o bloqueio dos recursos russos, congelados em bancos americanos e europeus, e seu uso em favor da Ucrânia. Mesmo que não tire a relevância da pauta escolhida pelo Brasil, a tensão geopolítica parece se sobrepor aos temas priorizados, pelo menos entre os países do G7. É claro que ainda há tempo para que todos os países se comprometam com a pauta apresentada pelo Brasil, mas é preciso que os líderes das nações concordem de fato com essa agenda oficial, para que as tensões geopolíticas não ofusquem os debates do encontro de novembro.

> ***"A participação nos debates de grandes temas internacionais é relevante e dá mais poder de influência ao País. É uma posição que, se bem aproveitada, pode trazer ganhos"***

O fato de o Brasil assumir a Presidência do G20, fórum que reúne algumas das principais economias europeias, pode ser um facilitador para o fechamento do acordo Mercosul/União Europeia?

Não há sinalização de que o acordo Mercosul/União Europeia avance a curto prazo. As negociações enfrentam resistências importantes nesse momento. Pelo lado europeu, os protestos recentes dos produtores rurais, principalmente os franceses, mostram uma resistência importante à proposta de livre comércio dos produtos agrícolas do Mercosul na Europa. Há um his-

tórico de protecionismo europeu na questão do agronegócio, e isso se reflete nas negociações em andamento, ainda que, no bloco europeu, haja países que queiram levar o acordo à frente. De qualquer forma, a França tem poder de veto e pode emperrar o acordo. Na outra ponta, a proposta do Mercosul de manter as compras governamentais em empresas nacionais não é acolhida pelos países do bloco europeu. Enfim, há muitos atritos e poucos sinais de consenso, criando um cenário pouco propenso para a assinatura do acordo andar a curto prazo.

A Presidência rotativa confere status ao anfitrião do encontro e poder nos demais fóruns internacionais. Qual a importância de o Brasil promover encontros como o do G20, a COP30 e as reuniões de cúpula do Mercosul e dos BRICS?

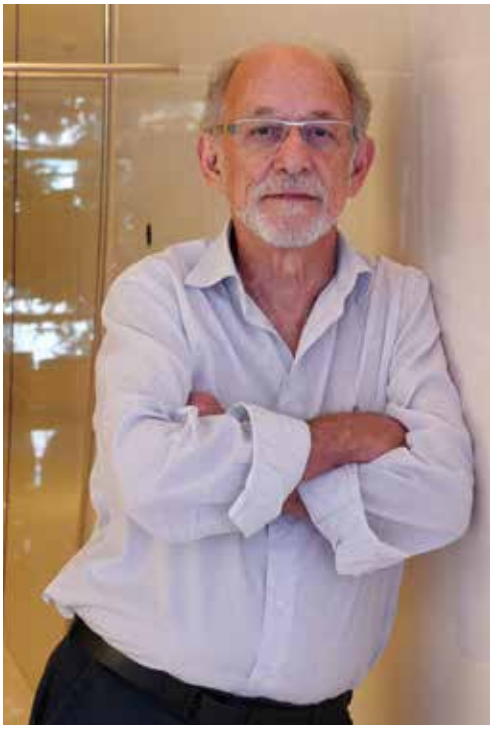
É uma posição importante do ponto de vista diplomático. A participação nos debates dos grandes temas internacionais é relevante e dá mais poder de influência ao País. É uma posição que, se bem aproveitada, pode trazer ganhos.

Essa avaliação inclui o BRICS?

A expansão do BRICS é algo que beneficiou apenas o governo chinês. Na verdade, ampliou o poder da China sobre os demais fundadores do bloco e foi a razão da saída da Argentina. Para o Brasil, o ingresso de novos países não foi algo positivo, de fato.

A transição energética é um dos temas presentes em grandes fóruns internacionais. Há muitos desafios na sua materialização?

Dada a necessidade de conter a deterioração da natureza, a transição energética continuará a avançar, mas não no ritmo célere que muitos queriam, tendo em vista a emergência climática. O problema é que os combustíveis alternativos não têm escala equivalente aos fósseis para manter o funcionamento das economias. Toda solução de transição energética é complicada, cara e demonstra que abrir mão de combustíveis fósseis, algo alinhado à descarbonização, não será tarefa das mais fáceis nem ocorrerá no ritmo que alguns esperam. Dessa forma, os efeitos das mudanças climáticas continuarão a atingir a todos, mas com efeitos mais severos nos países pobres.



"Dada a urgência de conter a deterioração da natureza, a transição energética continuará a avançar, mas não no ritmo célere que muitos queriam em função da emergência climática."

Para onda caminha o Mercosul?

O Brasil virou um *outsider* no Mercosul. Argentina, Paraguai e Uruguai têm uma postura meio parecida entre si, e o Brasil parece cada vez mais fora desse processo. Mas, como é a principal economia do bloco, o funcionamento prossegue, mas cada vez mais de lado.

No plano político, há um avanço da extrema-direita no mundo. Isso atrapalha a globalização ou o multilateralismo?

Faz parte do ciclo político a alternância do poder entre esquerda e direita. Em tese, a direita mais liberal tende a ser menos intervencionista e mais favorável à globalização. Não parece afetar a globalização ou o multilateralismo.

Que imagem do Brasil prevalece no plano global do ponto de vista econômico?

O Brasil tem um problema grave, que é a questão fiscal. Há um déficit alto, de 2% do PIB, a dívida pública alcança 75% do PIB e continua crescendo sem perspectiva de interromper esse ciclo nos próximos anos. As sinalizações são de aumento dos gastos públicos financiados pela elevação de impostos. Esse é um problema grave, porque gera um equilíbrio econômico de má qualidade, exige a manutenção da desvalorização cambial e de taxas de juros elevadas e baixa expansão do PIB, algo ruim para a sociedade como um todo.

O Brasil enfrenta desafios globais, como o rápido envelhecimento da população ao lado de inovações tecnológicas que podem reduzir postos de trabalho. Que avaliação faz desse cenário?

Acho que a questão do envelhecimento é um tema relevante, sobretudo para o equilíbrio da previdência pública. É preciso lembrar que o déficit da previdência, hoje na casa dos 4% do PIB, é crescente. O Brasil gasta muito com o pagamento de aposentadorias e pensões, e a única saída de longo prazo é acrescentar a perna da capitalização no sistema de previdência social do País. Uma nova reforma exigirá a entrada da capitalização, porque o atual modelo é insustentável. Sobre a ameaça de a tecnologia varrer empregos, a história tem demonstrado que as inovações são sustentáveis, elevam a produtividade da economia como um todo e geram novos postos de trabalho.

[**Por:** Letícia Nunes **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

IA: MERCADO ESPERA QUE MARCO PROTEJA PESSOAS E INOVAÇÃO

Insumo das operações de seguros, os dados dos clientes devem ser tratados levando em conta os riscos pessoais e o patrimônio protegido.

Com previsão de votação no Congresso Nacional ainda neste semestre, o PL 2338/23, que regulamenta o uso da inteligência artificial no Brasil, promete, apesar das dúvidas que ainda o cercam, colocar o País na vanguarda das discussões sobre o tema em todo o mundo. O ano eleitoral serviu de combustível para acelerar a tramitação, já que recursos como o chamado *deepfake* — alteração em rostos e vozes de pessoas com resultados verossímeis, por meio de IA — podem interferir na campanha, ainda de forma mais incisiva do que ocorreu com as fakenews nos últimos pleitos.

Mas não é apenas no campo político que a necessidade de impor regras ao uso da inteligência artificial é defendida: o mercado de trabalho, a vida acadêmica, a privacidade individual e tantos outros aspectos da sociedade estão sendo fortemente impactados pela IA.

O projeto chamado informalmente de Marco Legal da Inteligência Artificial, elaborado por uma comissão de juristas e apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, objetiva "proteger os direitos fundamentais" e garantir "sistemas seguros e confiáveis". Com 45 artigos, o PL 2338/23 baseia-se na ideia de "centralidade da pessoa humana" — ou seja, para qualquer criação feita a partir da inteligência artificial, é necessário antes observar os interesses da população.

Há cerca de outras 50 proposições circulando entre a Câmara dos Deputados e o Senado, que também pretendem regulamentar a IA. Em comum, a maioria delas aborda aspectos como o uso de *deepfake* para criar imagens e áudios falsos de pessoas para uso político, publicitário ou em pornografia; reprodução e manipulação de voz e imagem de pessoas que já morreram; direitos autorais e plágio em obras criadas por IA; utilização do reconhecimento facial; sanções específicas para crimes cometidos com uso de IA; aplicação da IA nos sistemas da administração pública federal, estadual e municipal; e criação de regras para veículos autônomos terrestres.

TRÂMITE CÉLERE

O volume de projetos retrata a importância que os parlamentares vêm dispensando ao tema, já que se trata de uma discussão recente — embora algumas proposições datem de 2019, a maioria delas foi apresentada no ano passado. Neste conjunto, porém, somente o PL 2338/23 conseguiu tramitar com celeridade, inclusive com a criação de uma Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), cuja única finalidade é deliberar sobre ele. De certa maneira, o projeto de lei reúne os principais temas das demais proposições.

Na prática, o projeto regulamenta conceitos, fundamentos e princípios para o desenvolvimento e o uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil, impactando um largo espectro de situações. Isso inclui, por exemplo, os direitos das pessoas afetadas por sistemas de inteligência artificial, os riscos eventualmente contidos nos sistemas de IA a serem identificados por meio de avaliação preliminar, a disseminação de notícias falsas e até a substituição de trabalhadores por máquinas.

Apesar da criação de uma comissão temporária, o PL seguirá a tramitação normal no Congresso. Após aprovação na primeira instância, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes de ser levado ao plenário do Senado. A última etapa é a aprovação na Câmara dos Deputados.

"É preciso compreender o ambiente de regulação, o investimento e a compreensão do uso da inteligência artificial na vida das pessoas. Não foi e não está sendo fácil promover uma regulação na União Europeia e nos Estados Unidos. O mundo acompanha atento o que é regulamentação e o que pode trazer dificuldades para o desenvolvimento e inovação de IA", afirmou o relator do PL, senador Eduardo Gomes, durante participação no Mobile World Congresso, na Espanha, no fim de fevereiro.

O relator observou que, quando o Congresso começou a discutir inteligência artificial, o entendimento planetário sobre o tema era um. Mas, com os avanços velozes da tecnologia, novos pontos de vista surgiram.

"Há uma parte majoritária do uso da inteligência artificial que é boa. Portanto, as dificuldades e as análises de risco devem ser feitas com responsabilidade e, principalmente, devem caminhar juntamente com as políticas públicas do Governo, que se movimenta para fazer um trabalho em sintonia na questão da inteligência artificial e sua regulação. Não é apenas um segmento, mas um procedimento que envolve a vida de todos, um ambiente mundial de compreensão sobre inteligência artificial", disse Eduardo Gomes.

> ***"É preciso compreender o ambiente de regulação, o investimento e a compreensão do uso da inteligência artificial na vida das pessoas. Não foi e não está sendo fácil promover a regulação em nenhum lugar do mundo."***
>
> **Senador Eduardo Gomes,** relator

MUNDO CORPORATIVO

Enquanto os debates prosseguem no Congresso, empresas e entidades de classe também se mobilizam para entender vantagens e desvantagens do uso da inteligência artificial em seus negócios. Questões como a proteção de dados, o uso de novas tecnologias e até o impacto da IA na empregabilidade estão na pauta do mundo corporativo — e não sem motivos.

Um levantamento realizado pela consultoria Page Interim, especializada em recrutamento e gestão de profissionais para projetos temporários, constatou que 76,6% dos entrevistados no Brasil

Levantamento da consultoria Page Interim constatou que 76,6% dos entrevistados no Brasil acreditam que a IA vai atingir, de uma forma ou de outra, os postos de trabalho em suas áreas de atuação.

acreditam que a IA vai atingir, de uma forma ou de outra, os postos de trabalho em suas áreas de atuação. No total, foram ouvidos 5.354 profissionais da América Latina. Os brasileiros observaram que vem aumentando o número de empresas que apostam no uso da inteligência artificial em setores estratégicos e que isso pode ter efeito na oferta de vagas.

No caso do setor de seguros, um ponto crucial está relacionado ao tratamento de dados — tema que também foi citado pelos entrevistados da Page Interim. As operações de seguros têm dados dos clientes como insumo e, por isso, é fundamental que o tratamento dessas informações leve em conta os riscos de cada pessoa ou patrimônio protegido.

"O projeto de lei precisa de aperfeiçoamento para atingir o objetivo de ser um marco na proteção à pessoa e, ao mesmo tempo, um indutor do desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País. No uso da inteligência artificial, conceitos que imponham limitações a essa atividade são preocupantes. É o caso da definição do conceito de discriminação que está muito amplo e deveria focar em práticas ilícitas ou abusivas, e não em processos de distinção de dados que são cruciais para diversas atividades, como a de seguros", observa a diretora da Diretoria Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal.

O advogado Antônio Sérgio Altieri de Moraes Pitombo, do escritório Moraes Pitombo, pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pontua que a necessidade de regular a inteligência artificial no País deve estar vinculada a uma ideia de áreas de desenvolvimento, do ponto de vista econômico e social, que podem ser afetadas pelo uso intensivo de IA.

"Temos que pensar, por exemplo, na questão da privacidade, que é um direito fundamental da pessoa humana, e em setores tecnológicos e de comunicação que possam ser atingidos pela inteligência artificial, gerando problemas para o País e para a economia. Alguns setores financeiros podem sofrer impactos por informação de má qualidade criada pela inteligência artificial. Então, áreas sensíveis para a sociedade e a economia devem ter regulação", afirma.

Pitombo conta que atuou em um caso de uso indevido da imagem de uma pessoa, que serviu para a criação de uma cena por meio da inteligência artificial. "A inteligência artificial está servindo como um colaborador nas atividades-fim das empresas. E quando a IA respeita a privacidade das pessoas, mostra-se um recurso fundamental para o desenvolvimento das atividades empresariais e econômicas", complementa.

Para Glauce Carvalhal, eis aí um fator imprescindível quanto se fala na regulação da inteligência artificial: a necessidade de que as novas normas protejam direitos sem interferir na atividade empresarial.

"O setor segurador é altamente inovador, e essa inovação é muito importante para o consumidor, já que ela permite oferecer produtos mais aderentes às necessidades, melhorar o tempo de subscrição de riscos e reduzir os prazos para o pagamento de indenizações. Portanto, é uma questão crucial permitir que o uso da IA continue fomentando as inovações e a melhoria de processos e que a regulação desta tecnologia seja baseada no risco.

Na sua opinião, a intervenção regulatória deve ser proporcional aos riscos que a tecnologia pode trazer a direitos e liberdades individuais, sob pena de representar um obstáculo injustificável ao desenvolvimento econômico e à inovação tecnológica, não apenas ao setor de seguros, mas ao País de forma geral.

"O projeto de lei precisa de aperfeiçoamento para atingir o objetivo de ser um marco na proteção à pessoa e, ao mesmo tempo, um indutor do desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País."

Glauce Carvalhal, CNseg

"Alguns setores financeiros podem sofrer impactos por informação de má qualidade criada pela inteligência artificial. Então, áreas sensíveis para a sociedade e a economia devem ter regulação."

Antônio de Moraes Pitombo, advogado

Na última semana de fevereiro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou 12 resoluções que, entre outras regras, barram o uso de inteligência artificial nas eleições. Candidatos, partidos, coligações e federações partidárias que concorrerão a prefeituras e câmaras de vereadores em 2024 não poderão, por exemplo, recorrer a *deepfakes* na propaganda eleitoral. A decisão do TSE resolveu um problema relacionado ao PL 2338/23: mesmo que seja votado ainda neste ano, ele só valerá para o próximo pleito, ou seja, para a disputa de 2026.

De qualquer modo, o avanço do projeto de lei no Congresso e as novas normas do TSE alinham o Brasil aos países que mais trabalham pela regulamentação da inteligência artificial. Intensas negociações permitiram que a União Europeia aprovasse, no início de fevereiro, por unanimidade, um conjunto de regras sobre a aplicação da IA. O objetivo da regulação, batizada de Lei da IA, é garantir que o desenvolvimento e o uso da ferramenta nos Estados-membros ocorram de maneira segura e responsável em relação aos direitos fundamentais dos europeus. O pacote de medidas ainda precisa ser votado pelo Parlamento Europeu.

Além da União Europeia, China, Canadá e Reino Unido também têm avançado na regulamentação da inteligência artificial. No Reino Unido, por exemplo, as autoridades criaram uma lista de princípios

para o uso seguro da ferramenta. Já a China exige que os provedores de serviços apresentem avaliações de segurança antes de lançar produtos de inteligência artificial em massa. No Canadá, a Lei de Inteligência Artificial e Dados garante o desenvolvimento de uma IA responsável, com o objetivo de proteger os cidadãos.

Porém, nos Estados Unidos, sede de algumas das maiores empresas de tecnologia do planeta, a regulamentação ainda está longe de ser abordada como uma questão nacional. Apenas algumas cidades e estados aprovaram legislação que restringe o uso da IA em certas áreas, como investigações policiais e contratações.

[**Por:** César Faccioli **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

SEGURADORAS EUROPEIAS TÊM EXPOSIÇÃO AOS RISCOS DO SETOR DE PETRÓLEO LIMITADA

Preocupação da agência reguladora local é baseada na provável realocação de recursos em energias renováveis para frear o aquecimento global.

A agência reguladora de Seguros e Previdência da União Europeia, conhecida pela sigla em inglês Eiopa, planeja adotar limites mais rígidos para a exposição das seguradoras aos riscos da indústria petrolífera em toda a cadeia produtiva do setor. As normas afetam as companhias não apenas no quanto podem assumir de coberturas, mas também no quanto suas reservas técnicas podem ser compostas por ações e títulos das empresas de óleo bruto e gás natural.

A preocupação da agência é com o que considera um risco crescente das aplicações em combustíveis fósseis, tendo em vista uma provável realocação dos investimentos para energias renováveis. Os alertas recentes de que estaria comprometida a meta global de limitar a 1,5°C o aquecimento do planeta até 2050 alavancaram as pressões por uma rápida revisão da matriz energética, em particular nos países desenvolvidos.

Para alcançar a meta de manter o aquecimento global a 1,5°C, a produção de petróleo e de gás deve diminuir 87% e 74%, respectivamente, nos próximos 30 anos.

A Agência Internacional de Energia (AIE) chega a sustentar que não há espaço para qualquer expansão do fornecimento de petróleo e gás no processo para limitar o aquecimento global a 1,5°C. Na verdade, para cumprir essa meta, a produção de petróleo e de gás deve diminuir 87% e 74%, respectivamente, nos próximos 30 anos.

Os chamados investidores institucionais, como seguradoras e fundos de pensão, ficam no centro desse debate, pelo peso que têm no financiamento dos projetos de longo prazo. A Eiopa encerrou em 22 de março o prazo para que os *stakeholders* (não apenas as companhias, mas acionistas, credores e clientes, todos os atores capazes de influenciar os destinos delas) se pronunciassem sobre os riscos ambientais em suas carteiras e o impacto potencial nas comunidades em que atuam, na solvência futura e na capacidade de honrar seus compromissos financeiros.

Companhias espanholas, alemãs, suíças, francesas e britânicas figuram nas maiores carteiras de seguros e resseguros de projetos

"O que chama mais atenção, por ora, são a recuperação do poder de investimento da Petrobras e o potencial de aumento das carteiras de seguros, nesse rastro."

Marcelo Gentil, FenSeg

petrolíferos no Brasil. O País tem planos de aumentar em 50% sua produção de combustíveis fósseis, sem com isso aumentar sua pegada de carbono. Conta para isso com uma participação acima de 80% de hidrelétricas na geração de eletricidade e o maior programa de biomassa do planeta, com praticamente meio século em operação, o Pró-Álcool.

Da tensão entre os dois vetores, uma regulação mais restrita no mercado europeu, *benchmark* do setor, e as vantagens competitivas brasileiras, resulta em um quadro desafiador. Presidente da Comissão de Grandes Riscos da Fenseg, Marcelo Gentil aposta na capacidade de a indústria brasileira de seguros adaptar-se a mudanças no quadro a médio prazo. "O que chama mais atenção, por ora, são a recuperação do poder de investimento da Petrobras e o potencial de aumento das carteiras de seguros, no rastro dessa retomada", afirma.

IMPACTO NA SOLVÊNCIA

As medidas em discussão na agência reguladora europeia incluem, por exemplo, a obrigatoriedade de um aumento das reservas em contrapartida de investimentos nas empresas mais poluentes. O elevado impacto ambiental das atividades de exploração & produção, transporte, refino e distribuição de petróleo e derivados torna o setor particularmente vulnerável a essas medidas restritivas, em fase final de avaliação pela Eiopa. O temor dos reguladores é de um impacto na solvência de seguradoras e fundos de pensão por causa de uma rápida desvalorização dos ativos lastreados em combustíveis fósseis.

A preparação de normas mais rígidas para a garantia de aplicações e contratos de seguros, envolvendo o setor de petróleo e gás, reflete pressões sociais crescentes. A ponto de levar companhias de grande porte a se anteciparem à mudança nas regras e reduzirem sua exposição a combustíveis fósseis por iniciativa própria.

A campanha Insure Our Future, surgida na Austrália, enfrentou certo descrédito no começo, pela meta ambiciosa de convencer as seguradoras a priorizar investimentos em segmentos de menor impacto ambiental e reduzir a exposição a projetos de maior impacto no aquecimento global e nas mudanças climáticas. Assegurar o Futuro, tradução literal da campanha, envolveria abrir mão de ganhos polpudos no presente, daí a descrença inicial.

Uma década depois do lançamento, a iniciativa atraiu 40 grandes companhias, entre as quais, por exemplo, líderes do segmento de seguros na Alemanha, locomotiva da economia europeia e, não por acaso, sede do mais forte movimento ambiental do planeta. O Partido Verde integra a coalizão do primeiro-ministro

Oskar Scholtz, social-democrata, e teve força suficiente, por exemplo, para levar o país a desativar boa parte de seu parque nuclear, mesmo que isso o tornasse mais vulnerável às flutuações na oferta de gás natural.

O Brasil — que já é o maior produtor de petróleo bruto da América Latina, superando o México — é um dos poucos países do mundo ainda em curso para expandir suas operações petrolíferas *offshore* anualmente pelos próximos cinco anos. A AIE admite que, sem intervenção política em contrário, o Brasil está no rumo para contribuir com 12-24% do aumento total da produção mundial de petróleo até 2026, em comparação com 2020. A expectativa é de que a produção brasileira passe de 3 milhões de barris por dia para 4,2 milhões.

CORO DOS DESCONTENTES

As metas brasileiras de expansão da oferta de óleo bruto e gás natural vêm sendo questionadas em foros ambientais internacionais, como a COP-27, no Egito. Empenhada em desestimular a oferta de seguros e o aporte de investidores institucionais, a Insure Our Future engrossa o coro dos descontentes, destacando os riscos potenciais da estratégia brasileira.

Para a ONG, uma das mais influentes do mundo, uma expansão do setor petrolífero *offshore* no Brasil não só agravará a crise climática, mas também devastará a costa quilombola, os povos indígenas, a pesca artesanal e as comunidades portuárias urbanas, que dependem do mar para sua própria sobrevivência, bem como espécies criticamente ameaçadas de extinção, como a tartaruga-de-couro e o tubarão branco.

Grande parte das reservas de petróleo *offshore* do Brasil está em ecossistemas sensíveis, incluindo o Grande Recife Amazônico, um dos maiores sistemas de recifes de coral do mundo e lar de peixes-boi, golfinhos, baleias e tartarugas marinhas ameaçados de extinção. Esses impactos potenciais ajudam a explicar a queda-de-braço no Governo em torno da exploração da Margem Equatorial, que se estende do litoral Norte da Amazônia (não apenas brasileira) até o Nordeste brasileiro. Abrir mão da oferta de energia fóssil, no curto prazo, é praticamente inviável para economias em desenvolvimento.

No Hemisfério Norte, onde se encontra a maioria do Primeiro Mundo, o desafio é distinto. Em diferentes graus, o dilema alemão, dos custos econômicos e político-sociais crescentes da opção ecológica radical, se repete em outras economias europeias, de acordo com o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

A pandemia da Covid-19, pela retração da oferta global, e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, por impactar diretamente o abastecimento de gás natural para eletricidade e aquecimento, frearam o que Pires chama de 'demonização dos combustíveis fósseis'. No mercado, e em particular nos governos dos países mais desenvolvidos, cresceu a preocupação com a segurança energética.

"E quem garante essa segurança são as fontes despacháveis, de manuseio mais imediato, como o petróleo, o carvão, a geração nuclear e, especialmente, o gás natural, a menos poluente entre as fontes fósseis," argumenta.

ALIANHAMENTO DE NORMAS

Diretor do Clube de Engenharia e ex-secretário de Energia e Petróleo do Rio, Wagner Victer considera previsível o progressivo alinhamento das normas do mercado de seguros aos imperativos internacionais do combate ao aquecimento global. Pondera, entretanto, que há uma crescente consciência da impossibilidade de promover a transição energética interrompendo de forma brusca, a curto prazo, a produção de combustíveis fósseis.

A tendência de redução do risco da exposição das seguradoras a investimentos de alto impacto ambiental é legítima. Levará, contudo, a adaptações para viabilizar os projetos de energias não renováveis que se mostrem urgentes e necessários — tanto por opções como o autosseguro para as companhias mais capitalizadas, quanto pelo desenvolvimento de mecanismos novos pelas próprias seguradoras para a cobertura de riscos ambientais, operacionais e de projeto.

As exceções para os novos mecanismos ficam por conta de setores regulados interna-

“Para as plataformas, as unidades de processamento de gás natural e os dutos, o autosseguro é plausível em caso de retração momentânea das seguradoras.”

Wagner Victer, Clube de Engenharia

“Cada vez mais fica nítido que se a oferta de combustíveis fósseis for cortada bruscamente, o preço da energia sobe, com enorme impacto na economia em geral e nos custos.”

Adriano Pires, CBIE

cionalmente de forma mais rígida, como o transporte de óleo bruto e combustíveis, mais sujeitos a sanções como a impossibilidade de ancorar em um porto de grande interesse econômico, em caso de descumprimento de metas. "Para as plataformas, as unidades de processamento de gás natural e os dutos, o autosseguro é plausível em caso de retração momentânea das seguradoras," sustenta.

A maior parte das grandes seguradoras e das '*major companies*' de petróleo incorporaram em suas missões e visões estratégicas compromissos com a redução do efeito estufa. Victer, contudo, pondera haver ainda distância entre intenção e gesto, entre as metas declaradas e a decisão efetiva. Cita como exemplos a interrupção de projetos de energia renovável e, em contrapartida, o investimento crescente de multinacionais americanas na Margem Equatorial de Essequibo, na Guiana.

O pano de fundo para essas contradições é o custo ainda muito elevado, comparativamente, da geração alternativa. Pesa, também, um aspecto técnico: a necessidade de garantir fornecimento contínuo de eletricidade, bem mais difícil para as usinas solares e eólicas.

A importância dos combustíveis fósseis para a confiabilidade da oferta contínua de energia, destacada pelas turbulências internacionais recentes e seus impactos nas cadeias globais de indústria, impôs estratégias mais gradualistas a *players* relevantes.

Um dos maiores gestores de carteiras de investidores institucionais do planeta, o Black Rock, reduziu a prioridade de investimentos a companhias certificadas em ESG (Ambiental, Social e de Governança, na sigla em inglês), lembra Adriano Pires.

A sigla reflete uma abordagem mais holística, que considere os *stakeholders* (partes afetadas, numa tradução livre) e não apenas os *shareholders* (acionistas). No caso da exploração de petróleo, o impacto sobre o modo de vida das populações tradicionais e o efeito sobre a oferta de pescado, pelas bombas sonoras que acionam os sonares, por exemplo, teriam que ser levados em conta para além dos relatórios de impacto ambiental, por exemplo.

O freio de arrumação na ênfase ambientalista promovido pelo Black Rock, mesmo num momento em que os eventos climáticos extremos se tornam mais frequentes e danosos, tem razão de ser e passa longe de ser um gesto isolado, para o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

"Cada vez mais fica nítido que se a oferta de combustíveis fósseis for cortada bruscamente, o preço da energia sobe, com enorme impacto na economia em geral e nos custos," explica.

SUBSÍDIOS NA EUROPA

A mesma Europa das pressões ambientais é o continente onde força e luz são cada dia mais caras, obrigando os governos a enormes subsídios para evitar um colapso social. "Esse desembolso com subsídios dificulta a aplicação em atividades de maior retorno e o crescimento econômico," argumenta.

Principal fronteira de exploração *offshore* de óleo e gás natural do planeta, graças ao Pré-Sal, num momento de conflitos geopolíticos sem solução à vista em alguns dos principais pontos de produção terrestre, o Brasil deve ficar a salvo de maiores pressões para limitar a expansão da oferta de combustíveis fósseis.

"A contribuição brasileira para a redução do efeito estufa pela proteção da camada de ozônio está garantida, em larga medida, pela matriz elétrica (mais de 85% hídrica) de baixa emissão de gás carbônico," sustenta Pires.

O especialista chega a apostar num ritmo mais gradual de endurecimento das normas de exposição de seguradoras aos riscos da indústria de combustíveis fósseis. Segundo Pires, 'a demonização do petróleo' perdeu força, e hoje o mundo está vendo a necessidade de considerar um tripé: sustentabilidade ambiental, segurança energética e custos acessíveis para a maioria da população.

“O planeta está cada vez mais eletrificado, a energia elétrica tornou-se um bem essencial. Para se ter qualidade de vida, eletricidade, água tratada e esgoto, serviços que dependem da energia, são tão essenciais quanto o alimento”, conclui.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

SANEAMENTO AVANÇA NO PAÍS, MAS UNIVERSALIZAÇÃO ENFRENTA DESAFIOS

Investimentos anuais devem mais que dobrar a cada ano para atingir as metas para 2033 previstas no Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

O desafio de cumprir as metas de universalização dos serviços de água e esgoto no País parece se agigantar, passados pouco mais de três anos da aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico e divulgados números mais recentes de acesso ao saneamento básico retirados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Olhando para trás, há um avanço nos serviços de saneamento, mas, projetando o futuro, o ritmo de investimentos permanece aquém para alcançar a universalização, principalmente da coleta e tratamento de esgoto. Os investimentos anuais em saneamento, previstos em R$ 20 bilhões nos últimos cinco anos, em média, deveriam mais que dobrar, alcançando R$ 44,8 bilhões por ano para cumprir as metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal. A conta é da presidente-executiva do Trata Brasil, Luana Siewert Pretto.

Segundo o IBGE, a proporção de domicílios com acesso à rede de esgoto no País alcançou 62,5% em 2022, um aumento sobre os 52,8% de 2010. "No período de 12 anos, esse resultado significou uma taxa média de alta inferior a um ponto percentual. Mantido esse ritmo, as metas de universalização de atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033 levariam 30 anos para ser alcançadas", destaca Luana Pretto.

> ***"Mantido esse ritmo, as metas de atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033, levariam 30 anos para ser alcançadas."***
>
> **Luana Pretto,** Trata Brasil

BAIXA COBERTURA

Analista da pesquisa do IBGE, Bruno Perez lembra que, entre os serviços que formam o saneamento básico, o de coleta de esgotos é o mais difícil de implementação, porque exige recursos mais robustos que os demais (oferta de água e recolhimento de lixo).

"A coleta de esgoto demanda uma estrutura mais cara do que os demais serviços. O Censo 2022 mostra que há expansão do esgotamento sanitário no Brasil, porém, com cobertura ainda inferior à de distribuição de água e de coleta de lixo", diz o especialista.

Perez reconhece que as pequenas cidades são as mais atrasadas em relação ao acesso a serviços de coleta de esgoto, ao passo que as regiões mais adensadas do País estão mais avançadas. Cidades com mais de 500 mil habitantes, na média, estão atendidas de forma já ou quase adequada pelos serviços de saneamento, enquanto em cidades de baixa densidade demográfica, o atendimento chega a cerca de 20% da população para a rede de esgoto.

Os investimentos em saneamento são muito bem-vindos também para o mercado segurador. Modalidades como as de Garantia, Riscos de Engenharia, de Danos a Frotas e Máquinas, além da linha de benefícios, estão entre as que podem ter acréscimos significativos no volume de prêmios. Luana Pretto afirma que a participação dos seguros nas obras de saneamento é bem-vinda: "Os seguros mitigam diversos riscos na gestão de obras de grandes portes, principalmente no caso da não universalização da oferta de água e da coleta de esgoto", pontua.

RITMO LENTO

Por ora, tendo em vista os investimentos realizados abaixo do ritmo estimado, o saneamento ainda não tem impacto forte na carteira de Riscos de Engenharia, por exemplo, segundo Fábio Silva, presidente da Comissão de Riscos de Engenharia da FenSeg. De qualquer forma, o futuro é promissor para inúmeras modalidades, considerando-se a previsão de que os novos investimentos na universalização cheguem a mais de R$ 500 bilhões até 2033.

O Instituto Trata Brasil concluiu um novo estudo que avalia o andamento das metas estabelecidas no marco regulatório e destaca seus avanços e desafios. Em síntese, aspectos relevantes da norma são avaliados, como decretos que alteram exigências de comprovação de capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços (11.466/2023), que mudam regras de regionalização e alocação de recursos federais (11.467/2023). O estudo examina ainda a comprovação de capacidade econômico-financeira das concessionárias estaduais (como previsto na Lei 14.026/2020) e formação de blocos regionais para prestação dos serviços de água e esgotamento sanitário (também prevista na mesma lei).

> *"O Censo 2022 mostra que há expansão do esgotamento sanitário no Brasil, porém, com cobertura ainda inferior à de distribuição de água e de coleta de lixo."*
>
> **Bruno Perez,** IBGE

Além do Instituto Trata Brasil, a segunda edição do estudo "Avanços do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil – 2023 (SNIS 2021)" conta com a parceria da GO Associados, tendo apoio institucional da Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (Asfamas). O trabalho destaca a necessidade de mais que dobrar os investimentos, a partir de leilões, concessões e parcerias no setor, e joga luzes sobre a grande heterogeneidade regional na oferta de saneamento básico.

Segundo Luana Pretto, apesar de os investimentos estarem aquém do necessário à universalização em todas as macrorregiões do País, é no Norte e no Nordeste que se encontram ainda mais distantes de um patamar aceitável.

"Vista a necessidade de uma média anual de investimentos de R$ 44,8 bilhões para que o País alcance as metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal, é urgente a busca de soluções eficientes e que considerem a realidade de cada região, para que haja aumento no volume de investimentos e geração de obras que levem ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para toda a população", assinala.

[**Por:** André Felipe de Lima **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

DREX: BANCO CENTRAL FAZ TESTES PARA LANÇAR O REAL DIGITAL

Na esteira do sucesso do Pix, o Banco Central do Brasil se debruça sobre testes de privacidade do Drex, cujos resultados devem ser divulgados no início do segundo semestre deste ano.

O brasileiro convive muito bem com o Pix. As projeções do setor de pagamentos são as mais alvissareiras possíveis – e não é para menos. No ano passado, o novo modelo de pagamento instantâneo disputou a preferência do consumidor com o tradicional cartão de crédito.

Como aponta estudo realizado pela Payments and Commerce Market Intelligence (PCMI), empresa de consultoria e de pesquisas do segmento financeiro, o Pix representou 29% do total de pagamentos do comércio eletrônico brasileiro. O cartão de crédito, porém, permanece à frente com larga margem (49%), mas por pouco tempo. Muito provavelmente, prediz o mesmo estudo, o Pix encurtará essa distância nos próximos dois anos, passando a responder por 40% das operações, e o cartão de crédito, por 42%.

Essa transformação comportamental no mercado promovida pelo Pix ganha um aliado: o Drex, projeto de moeda digital do Banco Central do Brasil (BCB), criado e operado pelo banco. Quem explica a diferença de um modelo para o outro é o coordenador do projeto do Drex no BCB, Fabio Araujo.

"A principal diferença entre Pix e Drex é o objetivo de uso de cada um dos sistemas. O Pix foca no provimento de serviços de pagamentos instantâneos, e o Drex, em serviços financeiros como crédito, investimento e seguro", detalha Araujo.

Ele acrescenta que o Drex é a representação da moeda brasileira, o Real, em ambiente digital. "Mas, além de ser uma moeda digital, o Drex é uma plataforma para viabilizar a tokenização da economia brasileira, em mais uma ação promovida pelo Banco Central do Brasil para a construção do sistema financeiro do futuro, que democratize o acesso da população brasileira aos serviços financeiros."

SALTO NO SEGURO

Mas como o Pix e o Drex contribuirão para novos produtos e o salto da digitalização do mercado segurador?

O titular da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Alessandro Octaviani, afirma que o setor de seguros deve fazer um bom uso dessas ferramentas e que a Susep atuará, dentro de suas competências regulatórias, como incentivador e indutor de novos produtos e serviços. Ele lembra, inclusive, que o SRO e o *Open Insurance* estão inseridos em um contexto digitalizado, que demandará uma regulação à altura, na qual se inclui o uso do Drex e do Pix.

Para o coordenador do projeto do Drex no Banco Central, é "natural" a interação entre o Drex e os elementos do *Open Finance* e do *Open Insurance*. "A troca de informações que vêm sendo desenvolvida no *Open Finance* é nativa ao ambiente do Drex e deve se pautar pelos mesmos princípios. Assim, a sinergia e a interoperabilidade entre esses dois projetos são muito grandes, ampliando o potencial de ambas: o *Open Finance* operando no ambiente de finanças tradicionais, e o Drex, no ambiente de finanças digitais", observa.

A nova realidade ultraconectada expõe, no entanto, o risco de que grupos criminosos criem

"O mundo virtual possui inúmeros benefícios, mas é preciso ter no radar que esse ambiente vai atrair quadrilhas especializadas e que a instabilidade do digital pode migrar para nossos mercados."

Alessandro Octaviani, Susep

sistemas análogos ou falsificações do mesmo ativo (tokenizado). Diante disso, mais questionamentos. Como, então, medir os níveis de segurança para as operações em seguros a partir da expansão do Pix e do Drex? Há garantia de que esses modelos vão, de fato, gerar ainda mais transparência para as operações comerciais no setor ou há gargalos e riscos nesse sentido?

"O mundo virtual possui inúmeros benefícios, mas precisamos ter no radar que vamos atrair para esse ambiente quadrilhas especializadas e também a chance de a instabilidade do mundo digital migrar para nossos mercados", prevê Octaviani.

Uma das missões prementes do órgão regulador de seguros é ajudar e orientar as seguradoras a se prepararem tecnologicamente para essa nova realidade de pagamentos digitais. "Essa questão é objeto de nosso plano de regulação, que inclui a criação do grupo de trabalho sobre cibersegurança e mercados fiscalizados. O setor de seguros, mesmo com muitos avanços e maturidade, pode e deve evoluir", pontua o superintendente da Susep.

Segundo Fabio Araujo, o sistema financeiro brasileiro adota práticas de segurança cibernética que garantem sua integridade. Dessa forma, os principais desafios à segurança de novos sistemas que lidam com informações pessoais estão na ponta de acesso, ou seja, no usuário.

"A cada inovação, agentes com intenções maliciosas criam ou reciclam estratégias de golpe de modo a obter diretamente dos usuários suas credenciais. Para mitigar esses problemas, ações de educação financeiras, como as desenvolvidas pelo BCB e pelo mercado, são de grande importância. Além disso, a adoção de tecnologias de identificação biométrica, que têm avançado muito nos últimos anos, também ajuda a prevenir acessos indevidos", enfatiza.

INCLUSÃO FINANCEIRA

O Pix mostrou-se uma excelente ferramenta de inclusão financeira. No primeiro ano de operação, quase 45 milhões de pessoas fizeram suas primeiras transferências digitais. E, nos dois primeiros anos, chegou a 75 milhões de pessoas.

Para Fábio Araujo, essa inclusão contribuiu para criar na população o hábito de usar canais de serviços digitais, reforçando o relacionamento com bancos e instituições de pagamentos.

"Esse novo relacionamento gera informações que podem ser usadas imediatamente pelas instituições financeiras e também pelo *Open Insurance*, por meio dos mecanismos que estão sendo desenvolvidos para possibilitar serviços financeiros mais acessíveis e adequados às necessidades dos cidadãos. O Drex se encaixa nessa estratégia como um mecanismo de potencialização e de aumento de eficiência na prestação de serviços financeiros, promovendo sua democratização", conclui Fabio Araujo.

O que falta, entretanto, para que o Drex seja lançado? Como estão os testes com a nova ferramenta financeira e a programabilidade da plataforma na rede de *blockchain*? Com a participação de 16 consórcios que reúnem cerca de 70 empresas, o Piloto Drex tem avançado de forma positiva, informa Araujo, com a infraestrutura básica em operação para o teste de seus elementos.

"É na solução da questão da privacidade dos usuários que os participantes do projeto-piloto do Drex estão trabalhando no estágio atual. Devemos encerrar a fase inicial de testes de privacidade até maio, para anunciar os resultados no início do segundo semestre. Esse é um ponto fundamental a ser resolvido, pois, somente com uma solução de privacidade adequada aos requisitos de sigilo bancário e da LGPD, poderemos abrir a plataforma do Direx para uma fase de testes que inclua a população", diz Araujo.

O mercado internacional está atento à implementação da moeda digital pelo Banco Central. Outras instituições semelhantes mundo afora estão dispostas a adotar modelos similares ao empregado no Brasil. A visão apresentada pelo BC tem se consolidado e já é consenso entre vários bancos centrais ao redor do globo.

"Esse é o caso de Cingapura, Coreia, Hong Kong e Japão, que já contam com projetos em fases de testes e desenvolvimento. Outros países, como Colômbia e Chile, têm demonstrado muito interesse no conceito, mas aguardam o amadurecimento dos testes atualmente em andamento para se posicionarem", finaliza Fabio Araujo.

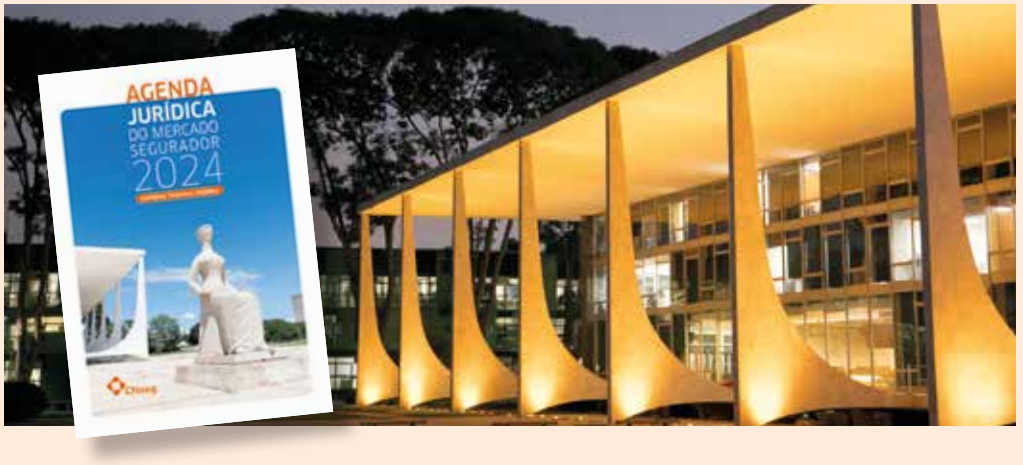
> ***"Somente com uma solução de privacidade adequada aos requisitos de sigilo bancário e da LGPD, poderemos abrir a plataforma do Direx (o Real digital) para uma fase de testes que inclua a população."***
>
> **Fabio Araujo,** Banco Central do Brasil

CNSEG EM AÇÃO

[**Por:** Vagner Ricardo]

AGENDA DEIXA TODOS NA MESMA PÁGINA NAS DISPUTAS JUDICIAIS

Documento lançado pela CNseg lista os temas de discussão judicial nos tribunais superiores, tornando-se uma valiosa fonte de consulta para advogados.



A CNseg decidiu deixar todos na mesma página sobre os temas jurídicos que estão no radar da entidade e do setor de seguros. Para tanto, lançou a inédita Agenda Jurídica do Mercado Segurador, documento que lista os temas de discussão judicial do setor nos tribunais superiores, concentrando-se em ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF).

São 37 Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADI), 11 Recursos Extraordinários (RE) e cinco Arguições de Descumprimento do Preceito Fundamental (ADPF), tendo a CNseg (ou as Federações associadas) como requerente ou *Amicus Curiae* dos processos em tramitação. São disputas sobre questões cíveis e regulatórias (60%), tributárias (17%), processuais (6%) e administrativas (5%), entre outras.

A diretora Jurídica da CNseg, Glauce Carvalhal, explicou que a Agenda reúne os principais temas judicializados e de grande repercussão na atividade seguradora. "É uma ação inédita, que marca uma nova abordagem sobre as posições do setor em relação aos assuntos apresentados para a avaliação do Judiciário e, ao mesmo tempo, é uma valiosa fonte de informação para os advogados", afirma ela.

A Agenda Jurídica apresenta um raio x de todos os processos avaliados pelo STF, permitindo por meio da consulta um amplo conhecimento do posicionamento do mercado segurador nessas discussões e as consequências práticas e sistêmicas dos desfechos de cada ação para o setor, os consumidores e a sociedade.

A Agenda Jurídica, que será renovada anualmente, também terá uma versão digital para dar ciência das atualizações constantes envolvendo a movimentação dos processos listados. O lançamento da Agenda Jurídica ocorreu no dia 14 de março e reuniu mais de 200 pessoas em solenidade realizada na sede da OAB do Rio de Janeiro.

PROJETO DA CNSEG TREINA MÃO DE OBRA PARA O MERCADO

A CNseg deu mais um passo no plano de qualificação de profissionais para o mercado: fechou com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro (Senac RJ), e apoio da Prefeitura do Rio, um termo de Cooperação Técnica para realização do projeto "Programadores Cariocas no Mercado Segurador", que treinará jovens egressos da rede pública de ensino e participantes da fase inicial da iniciativa, oferecido pela Prefeitura em 2023.

O projeto da CNseg planeja formar 50 alunos e contribuir para reduzir o déficit de profissionais capacitados para atender às demandas do setor segurador em tecnologia. O curso, iniciado em 11 de março, terá 16 semanas de duração e, ao término, oferecerá dez vagas no mercado segurador.

[**Por:** João Maurício Carneiro **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

RAM AMEAÇA A SAÚDE GLOBAL E REPRESENTA RISCO PARA O SEGURO

Resistência Antimicrobiana (RAM) gera preocupação mundial por ter causado, em 2019, milhões de mortes associadas a infecções que resistem a antibióticos e outros medicamentos.

O Brasil ainda enfrenta desafios para implementar uma estratégia de prevenção e controle na resistência à ação dos antibióticos ao tratamento de infecções, definida pelos especialistas como Resistência Antimicrobiana (RAM). O tema vem ganhando visibilidade maior em nível mundial com o surgimento dos chamados "superfungos" e "superbactérias".

Na visão do superintendente executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), José Cechin, a RAM é um problema em alta escala de saúde pública mundial e também no Brasil, que impacta o custo dos tratamentos tanto no âmbito do SUS quanto do sistema de Saúde Suplementar.

"Os índices de morbidade e mortalidade são mais elevados, e as internações, cada vez mais prolongadas, com um maior número de exames, muitos deles, diários, para acompanhar a evolução do quadro do paciente, além do gasto com antibióticos de última geração", pontua Cechin.

A RAM representa um risco palpável para as seguradoras, com implicações diretas que se estendem por três dimensões principais: risco absoluto de mortalidade, risco de mortalidade por idade e custo por caso de doenças seguradas.

> ***"Os índices de morbidade e mortalidade são mais elevados, e as internações, cada vez mais prolongadas, com um maior número de exames, muitos deles, diários."***
>
> **José Cechin,** IESS

Embora seja um problema de saúde pública, José Cechin afirma que as operadoras precisam estabelecer uma política para instruir os prestadores a reportar o problema sempre que for observado nas unidades hospitalares, destacando que a instituição já está incluindo o tema na sua pauta de pesquisas.

PROGRAMA DA ONU

A resistência antimicrobiana está na lista da Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma das dez principais ameaças globais à saúde. De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), estima-se que, em 2019, 1,27 milhão de mortes foram atribuídas diretamente a infecções resistentes a medicamentos em todo o mundo, e 4,95 milhões de óbitos associados à RAM.

As principais causas são o uso indevido dos antibióticos, falta de acesso à água potável e saneamento, poluição das empresas farmacêuticas e da agricultura, movimento em massa das pessoas, mudanças climáticas e perda de biodiversidade.

O estudo aponta impactos na saúde e na economia, como revela o representante do Pnuma no Brasil, Alberto Pacheco Capella. "O custo econômico da RAM deve provocar uma queda anual de pelo menos US$ 3,4 trilhões do PIB mundial até 2030, levando mais 24 milhões de pessoas à pobreza extrema", informa.

"A finalidade principal é preservar a saúde da população, mantendo a capacidade do tratamento de infecções relacionadas à assistência à saúde e na comunidade."

Marília Santini de Oliveira, Ministério da Saúde

"O custo econômico da RAM deve provocar uma queda anual do PIB mundial de US$ 3,4 trilhões até 2030, levando 24 milhões de pessoas à pobreza extrema."

Alberto Capella, Pnuma no Brasil

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Criado pelo Ministério da Saúde em 2018, o Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única (PAN-BR) representou um avanço para a formalização de uma agenda única.

A responsável pela Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Marília Santini de Oliveira, explica que o PAN-BR está alinhado aos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Ação Global da OMS, com medidas previstas para cinco anos. O primeiro período aconteceu de 2018 a 2022.

Segundo Marília Santini, a nova etapa do PAN-BR, prevista para o período de 2024 a 2028, está em fase de elaboração e nela se propõe harmonizar ações de saúde humana, animal e meio ambiente. "A finalidade principal é preservar a saúde da população, mantendo a capacidade do tratamento de infecções relacionadas à assistência à saúde e na comunidade", diz.

Em 2018, foi iniciado o projeto-piloto para implementação do Monitoramento Nacional de Resistência Antimicrobiana (BR-GLASS), baseado no Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (Glass/OMS), para verificar a totalidade de amostras microbiológicas e seus resultados de Testes de Sensibilidade aos Antimicrobianos (TSA) em hospitais e serviços sentinela. O BR-Glass foi iniciado em cinco hospitais do Estado do Paraná e atualmente está em fase de expansão para 20 hospitais em cinco regiões do País.

Em janeiro deste ano, a coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde publicou o 1º Boletim Epidemiológico de Resistência Antimicrobiana, com dados de resistência no País, do período de 2015 a 2022, disponível no site do Ministério da Saúde.

A coordenadora Marília Santini de Oliveira enfatiza a importância de os hospitais, tanto públicos quanto privados, seguirem a legislação e manterem em funcionamento o Programa de Controle de Infecções Hospitalares (PCIH) e a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

GOVERNANÇA DO RAM

Em artigo publicado pela pesquisadora Luciana Correa, da Fundação Getulio Vargas (FGV), no site The Conversation Brasil, os resultados de uma pesquisa revelam inúmeros desafios para a governança da RAM no Brasil, principalmente o alinhamento e articulação política em todos os níveis de atenção à saúde e nas esferas federal, estadual e municipal, para que as prioridades nacionais e as necessidades regionais do SUS sejam contempladas.

"É necessário mostrar, de forma mais explícita, os impactos clínicos, sociais e econômicos, ampliando o debate por meio de pesquisas multidisciplinares que indicam estratégias de comunicação, divulgação, disseminação dos resultados e tradução dos conhecimentos para o público geral de forma mais efetiva", propõe Luciana.

[**Por:** Renata Batista **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SÃO USADAS NO COMBATE À LITIGÂNCIA PREDATÓRIA

Assistência jurídica com uso de dados é sugestão do mercado segurador para clientes do Garantia Judicial, como forma de barrar o número de ações contra o mesmo réu.

O assessoramento jurídico com uso de inteligência de dados, estatística e técnicas de análise de dispersão na avaliação de processos entrou na lista de recomendações do setor de seguros para grandes clientes que contratam seguros de Garantia Judicial. A medida é uma tentativa de responder ao desafio da chamada litigância predatória – o ingresso de várias ações judiciais iguais, em diversos juizados, contra o mesmo réu. A prática crescente causa prejuízos anuais de bilhões de reais, compromete a atuação de algumas empresas e representa aumento de sinistralidade para as seguradoras.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estima que canais adequados para mediação de conflitos, que atuem de forma ágil, poderiam resolver mais de 90% das reclamações registradas. O desafio no caso da litigância predatória, porém, é que muitas vezes o autor nem sabe que ingressou com a ação.

"Existe um padrão. Os advogados fabricam situações e causas e usam procurações e comprovantes de residência falsos e chegam a entrar com até 50 mil processos. Podem perder 95%, mas causam prejuízo para a empresa e para o Judiciário, porque não há sucumbência. Para eles, é uma loteria", afirma o advogado Henrique Parada.

> ***"Existe um padrão. Os advogados fabricam situações e causas e usam procurações e comprovantes de residência falsos e chegam a entrar com até 50 mil processos."***
>
> **Henrique Parada,** advogado

Atuando no rastro de ações predatórias há quatro anos, Parada explica que, na maioria dos casos, a parte autora sequer sabe da ação judicial. A maior parte do trabalho, porém, é feita com o uso de tecnologia, que também é utilizada pelo outro lado em um processo quase industrial para redigir petições iniciais.

"Temos uma área voltada para análise de dados e identificação de possíveis agressores, logo no início. Conseguimos parametrizar as ferramentas e, com o uso de inteligência artificial, vasculhar todos os bancos de dados da Justiça. Muitas vezes, eles começam com dez processos em uma cidade pequena, logo são cem e, daqui a pouco, mil", completa.

O foco da Parada Advogados é o mesmo da Justiça: identificar profissionais que estejam se valendo dessas práticas. Recentemente, o juiz do Trabalho Marcelo Alexandrino da Costa Santos, da 3ª vara de Nova Iguaçu/RJ, condenou um advogado a uma multa de R$ 1,7 milhão. Ele estava por trás de 18 processos contra uma empresa de varejo.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e alguns tribunais regionais, como o TJSP e TJMG, vêm atuando com o mesmo propósito. Os processos mobilizam esforços e recursos da Justiça. No fim das contas, oneram o contribuinte.

PREJUÍZO DE BILHÕES

Um estudo feito pelo TJSP identificou 503 casos com características de litigância predatória no tribunal entre 2016 e 2021, que, dependendo da metodologia de cálculo, podem ter gerado entre 300 e 600 mil movimentações processuais em média por ano. O custo estimado: cerca de R$ 2,7 bilhões ao ano.

Os cálculos são feitos com base no estudo de 30 casos de litigância predatória e na estimativa do TJMG de que 30% dos processos decorrem dessas ações. "O custo é estimado a partir da movimentação processual. Não leva em conta outras despesas comuns, como perícias técnicas ou custos indiretos das partes com a contratação de advogados", informa o TJSP.

Todo esse impacto está no radar de empresas, seguradoras, escritórios de advocacia e das corregedorias de Justiça e já levou empresas a pensar em deixar alguns mercados, como uma companhia aérea que não queria mais voar para um estado da Região Norte devido à elevada judicialização de processos.

O Relatório de Riscos Globais 2024 da Marsh aponta os resultados adversos de inteligência artificial e outras tecnologias de fronteiras, como as que permitem ingressar com petições em massa, entre os principais riscos para os próximos dez anos. Segundo o relatório, um dos caminhos para mitigar esses riscos está na colaboração entre os agentes, mesmo em um cenário cada vez mais fragmentado.

Para João Duarte, diretor de Seguro Garantia na Aon Brasil, o produto de seguro Garantia Judicial segue como alternativa importante, pois é mais ágil e menos oneroso para a empresa garantir o cumprimento das obrigações judiciais. É importante, porém, estar atento a esses movimentos que impactam diretamente a sinistralidade das carteiras. É ele que recomenda o assessoramento jurídico.

"O ideal é o assessoramento jurídico especializado, aliado a uma consultoria de riscos adequada que disponha de um amplo banco de dados do mercado contendo julgados e pareceres, além de estrutura para apoio técnico aos advogados da empresa", resume.

"O seguro poderia servir de instrumento para salvaguardar a empresa que é alvo de litigância predatória durante o tempo em que ela busca solução para o conflito."

Luciano Valina, IRB Brasil RE

VIA JUDICIAL

No entendimento do gerente de Garantia do IRB(Re), Luciano Valina, o melhor caminho para se combater a litigância predatória é mesmo a via judicial, o que acaba protegendo as carteiras do segmento de seguro garantia.

"Na prática, o seguro poderia servir de instrumento para salvaguardar a empresa que é alvo de litigância predatória durante o tempo em que ela busca solução para o conflito. Por isso, eventuais impactos podem ocorrer, mas em volumes que não são considerados relevantes para o segmento", afirma Valina.

"O desafio do CNJ é orientar o sistema para gerenciar melhor seu acervo e não generalizar o combate a fraudes, dificultando o acesso dos lesados nas relações de consumo."

Marcello Terto, CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) chama a atenção para a importância de se diferenciar condutas lesivas da chamada litigância repetitiva, que é reflexo de um contexto realmente crítico de atuação empresarial. O risco de não se fazer isso, afirma, é dificultar o acesso à Justiça.

"A litigância repetitiva, que envolve lesões de massa, é evidentemente legítima. O desafio do CNJ é orientar o sistema para que gerencie melhor seu acervo e não generalize o combate a fraudes, dificultando o acesso à Justiça aos lesados nas relações de consumo", declara o conselheiro Marcello Terto.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

NOVAS OBRAS AMPLIAM CARTEIRA DE NEGÓCIOS DO MERCADO SEGURADOR

Avanço de roubos em obras é ponto de atenção na rota de crescimento dos seguros de Riscos de Engenharia, que recuaram de R$ 878 milhões (2011) para R$ 266 milhões (2018).

Uma ruga de preocupação acompanha o crescimento mais acelerado do seguro de Riscos de Engenharia a partir deste ano: a constatação do avanço contínuo dos eventos de roubo e furto. No ano passado, a sinistralidade da carteira chegou a 76% com a contribuição dos roubos de materiais de construção nas dependências das obras, uma tendência que vem se consolidando nos últimos anos e obriga as seguradoras a tornarem mais severa a política de subscrição de riscos.

Insignificantes antes da pandemia, esses eventos ganharam escala ano a ano e mantiveram-se elevados e insustentáveis para a maioria das seguradoras, ao lado dos extremos climáticos e de erros de execução de obras. Além da sinistralidade causada por esses componentes, ainda há despesas comerciais e administrativas que elevam os custos das apólices.

"Os valores das indenizações por roubos e furtos, que antes oscilavam entre R$ 3 mil e R$ 10 mil, agora podem variar de R$ 100 mil a R$ 300 mil por ocorrência, sobretudo com o uso de caminhões nos assaltos", afirma Fábio Silva, presidente da Comissão de Riscos de Engenharia da FenSeg.

INDÚSTRIA DA RECEPTAÇÃO

Nas grandes cidades, o roubo em obras revela a existência de quadrilhas especializadas, que buscam cabos e outros equipamentos valiosos, como *notebooks* e computadores, para alimentar a indústria da receptação. Em resposta, as seguradoras promovem aperfeiçoamentos na política de subscrição de riscos, exigindo a instalação de câmeras e alarmes nos canteiros de obra para uma resposta mais assertiva, evitando também que vigilantes sejam alvos de violência durante os assaltos.

"Os roubos e furtos ganharam uma dimensão muito grande no pós-pandemia, com crescente reflexo nas apólices de Riscos de Engenharia, principalmente nas metrópoles, onde as invasões de obras são mais frequentes. Esse já é um fator de preocupação, e as seguradoras buscam soluções para conter a expansão desse tipo de crime", destaca Fábio Silva.

Como a adoção de câmeras nos canteiros é uma medida recente, ainda não é possível avaliar os impactos nas cidades ou em locais ermos, como os de obras de infraestrutura. Além da vigilância eletrônica, as seguradoras adotam sublimites na carteira para casos de roubo e furto, de modo a evitar excesso de exposição aos riscos e conter prejuízos. No jargão do mercado segurador, sublimite é um valor inferior ao limite máximo de indenização da apólice, que obriga o segurado a adotar medidas de gerenciamento para mitigar riscos.

> *"Os valores das indenizações por roubos e furtos, que antes oscilavam entre R$ 3 mil e R$ 10 mil, agora podem variar de R$ 100 mil a R$ 300 mil por ocorrência."*
>
> **Fábio Silva,** Fenseg

O cenário de recuperação de agora deve-se também à perspectiva de obras do novo PAC e de investimentos em novas concessões ou privatizações nos próximos anos em infraestrutura.

VIÉS DE ALTA

Apesar desse cenário, o Seguro de Riscos de Engenharia volta a despontar entre os negócios mais promissores do mercado. A perspectiva é que a carteira volte a expandir a partir deste ano para algo entre 15% e 20%, recobrando a boa performance registrada entre 2008 e 2011, quando a arrecadação duplicou em virtude de um conjunto de obras, como as da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, além daquelas listadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1). Depois de 2011, o mercado de Riscos de Engenharia desandou.

O cenário de recuperação de agora deve-se também à perspectiva de obras do novo PAC e de investimentos em novas concessões ou privatizações nos próximos anos em infraestrutura: rodovias, aeroportos, projetos de energia renovável pelo setor privado, ferrovias – só o trem-bala acrescentará um volume de prêmios significativo à carteira de Riscos de Engenharia – e saneamento, que ainda não é significativo, já que os investimentos estão aquém do necessário para a universalização dos serviços até 2033.

A reação deve trazer de volta *players* do mercado que se afastaram durante o período mais nebuloso da construção pesada e ampliar a concorrência por mão de obra especializada, já que as seguradoras deverão remontar as equipes e núcleos especializados neste tipo de risco. No pior momento da crise da construção, essas unidades foram desmontadas e incorporadas à área de *property* das seguradoras.

CENÁRIO POSITIVO

No ano passado, a arrecadação chegou a quase R$ 1 bilhão, alta média de 15%, que deve avançar a partir deste ano e dos subsequentes. O cenário positivo apaga aos poucos da memória o período de contração prolongada, que permaneceu até 2018. Esse cenário tem relação direta com o ciclo recessivo de 2014/2015, baixo crescimento nos anos seguintes e avanço da Operação Lava-Jato, que tirou grandes empreiteiras do jogo, levando o País a conviver com um sem-número de obras inacabadas.

Por ser um seguro que não é renovado depois da conclusão da obra, o Riscos de Engenharia depende da execução de novos projetos para formar volumes de prêmios e, portanto, de uma conjuntura econômica positiva no País e no exterior para que os investimentos se realizem.

Desde 2019, o mercado de Riscos de Engenharia começou a ganhar tração, algo que tem relação direta com a iniciativa do Governo Federal de finalizar obras inacabadas de infraestrutura, por meio de PPPs ou novas concessões. Essa retomada lenta encerrou um ciclo de forte perda registrada entre 2012 e 2018, período em que a arrecadação da carteira, em linha com o viés de retração da construção pesada, recuou de R$ 878 milhões (receita de 2011) para R$ 266 milhões.

O resultado é fruto não só das investigações da Lava-Jato, que afetaram obras tocadas por grandes construtoras, mas também da descontinuidade causada pela conjuntura econômica, provocando a retração dos seguros que cobrem esses riscos.

É uma página virada na recente história da modalidade, que está pronta para a disputa acirrada entre os cerca de 20 grupos que vão buscar produção relevante nesse quadro mais promissor, até que se prove o contrário.

[**Por:** Dil Motta **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

MUDANÇAS CLIMÁTICAS AUMENTAM A PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS VIRAIS

A OMS alerta para aumento de casos de dengue, zika e chikungunya associados aos extremos do clima e ao El Niño, em função da alternância de chuva e calor, que ajuda a proliferação do mosquito.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) concluiu que há indicadores de uma disseminação maior de doenças virais, como dengue, zika e chikungunya, associadas ao fenômeno climático El Niño. Entre as razões para esse avanço, figura a elevação da temperatura mundial, fenômeno que tem permitido ao mosquito transmissor da dengue, o *Aedes aegypti*, sobreviver por mais tempo, inclusive em ambiente em que antes isso não ocorria, como nos países de clima temperado.

No Brasil, o aumento de casos de dengue e de outras arboviroses transmitidas pelo Aedes aegypti, como zika e chikungunya, acontecia nos meses de abril e maio. No entanto, o País registrou mais de 2 milhões da doença entre 1º de janeiro e 22 de março. De acordo com as autoridades sanitárias, mudanças climáticas e o fenômeno El Niño contribuíram para esses números altos já no início do ano, por provocar alternância de chuva e calor, o que ajuda a proliferação do mosquito.

Sandra Hacon, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), explica que o mosquito transmissor das doenças está se adaptando às temperaturas mais altas, em torno de 32 a 35 graus.

"Há casos de dengue no Brasil inteiro, o que mostra a capacidade de adaptação do *Aedes aegypti*. O calor intenso e as chuvas estão ajudando a disseminar doenças como dengue, zika e chikungunya. Antes, a gente dizia que o verão era a época da dengue. Agora não tem mais isso, porque nós estamos tendo verão o ano todo", afirma a pesquisadora.

ADAPTABRASIL

Os impactos dessas mudanças climáticas em diversos setores econômicos são analisados por meio do Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima – AdaptaBrasil MCTI –, plataforma do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação que mostra os potenciais riscos à saúde e a outras áreas como recursos hídricos, segurança alimentar e energética, infraestrutura portuária, ferroviária e rodoviária e desastres geo-hidrológicos.

Segundo Jean Ometto, coordenador-geral do AdaptaBrasil e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a plataforma, lançada em 2021, foi desenhada para traçar um mapeamento detalhado sobre os possíveis impactos nos setores produtivos da sociedade.

> ***"Chuva e temperatura têm relação próxima com a proliferação dos mosquitos. O próximo estudo vai observar as ondas de calor para mapear doenças respiratórias."***
>
> **Jean Ometto,** Inpe

"A plataforma nasceu de uma demanda em busca de explicação para o que está acontecendo com o clima e seus efeitos. É uma ferramenta que contribui para mapear o nível de impacto e de risco climático às quais o País está exposto,

"Altas temperaturas provocam perda de produtividade e impactam a saúde. O novo normal já chegou, e temos que nos antecipar. Por isso, avaliamos o risco da ameaça climática."

Sandra Hacon, Fiocruz

permitindo perceber diferentes vulnerabilidades em nível regional", esclarece Ometto.

Em outubro do ano passado, foram lançados três novos índices de risco climático no Setor Saúde do AdaptaBrasil, em parceria com a Fiocruz. Os índices estão relacionados à ocorrência de leishmaniose tegumentar americana, leishmaniose visceral e malária.

"Os índices mostram a possibilidade de ocorrência do mosquito transmissor da malária e da leishmaniose. Estamos finalizando estudo sobre dengue e chikungunya. Chuva e temperatura têm relação muito próxima com a proliferação dos mosquitos. O próximo estudo vai observar as ondas de calor para mapear as doenças respiratórias com indicadores de qualidade do ar e temperatura", explica o coordenador do AdaptaBrasil.

ONDAS EPIDÊMICAS

Segundo José Cechin, superintendente executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), os sistemas de saúde público e privado devem estar preparados para detectar onde surgem essas ondas epidêmicas e atuar com rapidez no tratamento das pessoas contaminadas. Na avaliação do executivo, os dados do AdaptaBrasil podem auxiliar os planos de saúde a detectar ondas endêmicas de diversas doenças, já que acompanham movimentos da temperatura e os avanços em áreas antes não alcançadas.

"O AdaptaBrasil é uma ferramenta que pode auxiliar a Saúde Suplementar a prever os riscos de aumento de custos e, com esses dados, definir programas de ações."

José Cechin, IESS

"A ferramenta (AdaptaBrasil) pode auxiliar a Saúde Suplementar a prever os riscos de aumento de custos e, com esses dados, definir programas de ações. A plataforma pode dar uma contribuição importante nessa direção".

Jean Ometto informa que são oferecidos cursos de capacitação com o objetivo de habilitar profissionais para a utilização da ferramenta. Por meio do curso, é possível acessar informações da plataforma, incluindo os níveis de impacto e riscos climáticos no Brasil, para elaborar planos de adaptação climática específicos.

"A plataforma é aberta, e as análises estão disponíveis. Uma seguradora, por exemplo, pode navegar pela plataforma para colher esses dados que são robustos e confiáveis", informa Ometto.

Para Sandra Hacon, pesquisadora da Fiocruz, as seguradoras de saúde podem aproveitar a ferramenta para prever a elevação do custo hospitalar em consequência do aumento das internações.

"As altas temperaturas provocam perda de produtividade e impactam a saúde. O novo normal já chegou, e teremos que nos adaptar e nos antecipar. Por isso, avaliamos o risco da ameaça climática. Não podemos esperar que o desastre aconteça, temos que agir antes. E as ferramentas para que possamos agir estão disponíveis", conclui.

[**Por:** Thais Rucco **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

CRESCEM RISCOS DE ATAQUES CIBERNÉTICOS EM UM MUNDO CADA VEZ MAIS DIGITAL

O mercado de seguros, capitaneado pela Susep, desenha produtos para proteger pessoas físicas e jurídicas da explosão de crimes virtuais.

Em uma economia cada vez mais digital, cresce a exposição a eventos cibernéticos naturais ou provocados pelo ser humano. Após a pandemia, os ataques virtuais aumentaram drasticamente devido à digitalização das empresas durante a quarentena, levando o mercado segurador a reforçar a necessidade de criação de um ramo específico para os riscos cibernéticos

A Susep iniciou as tratativas do tema em 2017, após estudos da área de conduta de mercado, com o objetivo de concentrar as apólices. "O seguro de riscos cibernéticos foi criado para indenizar vítimas de ataques virtuais, sobretudo nos casos de roubo e vazamento de dados. As coberturas visam minimizar sanções administrativas e lucros cessantes da empresa e de terceiros", explica João Fontes, coordenador da Subcomissão de Linhas Financeiras da FenSeg.

Houve um *boom* na contratação dos seguros cibernéticos desde seu lançamento. De 2019 a novembro do ano passado, esse tipo de seguro cresceu exponencialmente. "No primeiro ano, o volume de prêmios foi de R$ 21 milhões, o total do ano passado deve bater R$ 220 milhões", compara.

CEO da Clavis Segurança da Informação, Victor Santos destaca que muitas empresas migraram seus negócios para o mundo digital de forma acelerada, mas desestruturada e sem preparo, deixando os ambientes vulneráveis. "Há muitas brechas, e a falta de maturidade das empresas permite que os atacantes tirem vantagens da situação de forma não autorizada", afirma ele. A Clavis é uma *startup* que surgiu há 19 anos no parque tecnológico da UFRJ (Coppe) e ganhou recentemente a certificação de "empresa estratégica de defesa" pelo Ministério da Defesa.

> ***"No Brasil, ataques de segurança e invasões sempre foram vistos como algo muito distante. Mas, nos últimos dois anos, houve investidas contra empresas de todos os portes e segmentos."***
>
> **Victor Santos,** *startup* Clavis

Um relatório da Allianz Commercial, intitulado "Tendências de Segurança Cibernética 2023: as últimas ameaças e as melhores práticas de mitigação de riscos", mostra que os ataques cibernéticos aumentaram no ano passado. Casos de sequestros de dados (*ransomware*) cresceram 50% no primeiro semestre em comparação ao mesmo período de 2022, além de extorsões a empresas. O levantamento constata ainda que algumas vulnerabilidades exploradas pelos *hackers* são frutos de erros básicos, que podem ser corrigidos.

"No ano passado, foram identificados mais de 300 bilhões de ataques na América Latina, cerca de 30% somente no Brasil. Uma em cada quatro empresas do País sofreu um ataque nos últimos dois anos", aponta Victor Santos.

Segundo ele, os profissionais brasileiros de segurança da informação estão entre os melhores do mundo e, consequentemente, os atacantes também. "O lado bom do Brasil é o brasileiro, e o lado mau, também. Muita gente está empenhada em obter vantagem, e a maturidade das empresas em segurança da informação ainda é baixa", comenta.

De acordo com a Susep, a assimetria entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos também se expressa nessa seara, principalmente pela magnitude de investimentos que as nações e as corporações são capazes de realizar, gerando problemas quanto à soberania de dados e tensões geopolíticas de variada ordem.

"No Brasil, ataques de segurança e invasões sempre foram vistos como algo muito distante. Mas, nos últimos dois anos, houve ataques a empresas de todos os portes e segmentos", assinala Victor Santos. Segundo ele, a empresa que não tiver um mínimo de segurança não consegue mais fechar negócios. "Para contratar, comprar ou fazer fusões, o mercado exige o preenchimento de um extenso formulário sobre segurança da informação", explica.

NOVAS TECNOLOGIAS

Além da digitalização, as empresas passaram a adotar recentemente diversas novas tecnologias, como inteligência artificial e internet das coisas, sem o devido cuidado com os dados inseridos, abrindo brechas para exposição e vazamento dessas informações.

Agnieszka Lyniewska, Client Manager Executive da Munich Re, alerta sobre o dinamismo dos riscos cibernéticos e diz que a falta de conhecimento sobre o potencial de um impacto negativo é um dos principais desafios da atualidade, ao lado da falta de percepção de risco da sociedade. "Ao mesmo tempo, precisamos reconhecer que existem limites de segurabilidade, tais como falhas de infraestrutura e guerra cibernética", afirma.

Os desafios (e as oportunidades) para o setor vão muito além dos riscos de vazamento

"A baixa disseminação dos produtos, o treinamento dos canais de venda e a percepção sobre a seriedade dos riscos cibernéticos devem ser focos de ação dos setores público e privado."

Agnieszka Lyniewska, Munich Re

de dados pessoais e de violações de privacidade – alcançam a segurança e a soberania nacional, em virtude de eventos de *ransomware*, negação de serviços, indisponibilidade de redes e sistemas ou ataques de vulnerabilidade em massa, que levem à interrupção de serviços e negócios ou ao vazamento de informações sensíveis.

Uma das preocupações da Susep é quanto à adaptação dos controles de subscrição das empresas a critérios mais rigorosos em termos e condições contratuais, seleção e monitoramento de riscos e padrões de segurança, para detectar os clientes que não alcançam padrões mínimos de "higiene cibernética". E as próprias seguradoras devem ter elevados padrões de segurança, para não se tornarem alvos de desestabilização do mercado e do País. Esse cenário abre espaço para a criatividade e o lançamento de novos produtos, como os seguros de infraestrutura cibernética.

CONSCIENTIZAÇÃO

Para desenvolver e disseminar os seguros de riscos cibernéticos no Brasil, são necessárias ações em distintas escalas. Segundo a Susep, alguns exemplos incluem distribuição de renda das famílias para melhor proteção patrimonial e preocupação com o futuro, por meio de ações de educação financeira e de informação à sociedade como um todo.

Adicionalmente, aprovação de regulação legal e infralegal, que garanta um adequado comportamento dos seguradores no mercado, resgata a confiança do consumidor nos produtos e instala um ciclo virtuoso de contratações. A busca de melhores produtos por parte das seguradoras e sua exposição a boas práticas concorrenciais também ajudam a diversificar a oferta.

"A baixa disseminação dos produtos disponíveis no mercado, o treinamento dos canais de venda e o aumento da percepção sobre a seriedade dos riscos cibernéticos na sociedade devem ser focos de ação dos setores privado e público", avalia Agnieszka Lyniewska.

João Fontes, da FenSeg, destaca a importância do papel do corretor neste processo. "Falamos muito no trabalho das seguradoras para impulsionar esse mercado, mas os corretores são fundamentais e, felizmente, vêm se aperfeiçoando e dando apoio aos clientes", acrescenta.

A subscrição de riscos se baseia na avaliação dos aspectos de cibersegurança e de grau da adoção de boas práticas de uso de dispositivos tecnológicos do cliente – pessoa física, pequena ou grande empresa. O acesso aos dados permite uma melhor subscrição baseada nas informações e aumenta a compreensão dos riscos e do perfil da carteira.

"O subscritor basicamente se baseia nos questionários das seguradoras que devem conter todas as informações financeiras da empresa. Muitas vezes, os representantes das seguradoras pedem uma reunião com o cliente para entender detalhes e discutir áreas especificas", aponta João Fontes.

Segundo ele, existem basicamente dois mercados: o de riscos mais complexos, que exigem a análise do subscritor; e o dos portais em que algumas seguradoras oferecem o produto básico e padronizado de cibersegurança, geralmente para empresas pequenas e médias, que é contratado de forma automática.

"As apólices de *cyber* hoje já oferecem serviços que auxiliam o cliente em vários aspectos. As seguradoras entenderam que, além da transferência do risco, é importante atuar antes do sinistro para que os clientes saibam quais são

"As seguradoras entenderam que é importante atuar antes do sinistro para que os clientes saibam quais são seus riscos eventuais e tenham acesso a uma assessoria de cibersegurança."

João Fontes, FenSeg

os riscos eventuais e contratem empresas que possam prestar assessoria relacionada à cibersegurança", diz Fontes.

Victor Santos destaca a principal vantagem: o custo. "O investimento em segurança representa um décimo do valor do prejuízo de um ataque e é fundamental para a aceitação e a precificação do seguro, pois um dos fatores avaliados é o nível de proteção dos dados na segurança das informações", completa.

Há um consenso no mercado, porém, de que os eventos de grande acúmulo e de caráter sistêmico, como falhas de infraestrutura e guerra cibernética, estão fora do limite de segurabilidade. "A guerra cibernética, ou ataque patrocinado por uma nação contra outra, pode representar um risco de acúmulo sistêmico significativo nos negócios cibernéticos", aponta Lyniewska.

Nesse contexto, já existem iniciativas no ambiente global que visam ao desenvolvimento de soluções com o apoio de governos para ajudar a enfrentar os riscos não seguráveis. Victor Santos afirma que não há sistema 100% seguro. Por isso, a segurança da informação e os seguros de riscos cibernéticos vão continuar como mecanismo de evolução das empresas.

AGENDA REGULATÓRIA

A Susep está coordenando o desenvolvimento de um estudo sobre seguros específicos dos riscos cibernéticos, que tem os seguintes objetivos:

- Aprofundar o conhecimento sobre os maiores riscos inerentes às atividades que envolvam sistemas de tecnologia da informação, salvaguarda e tratamento de dados de pessoas físicas e jurídicas, funcionamento de redes e nuvens, dentre outros;
- Atualizar a situação atual das coberturas oferecidas pelo mercado segurador para proteção contra riscos cibernéticos, visando definir áreas de interesse e seu alcance;
- Conhecer e avaliar a situação dos seguros de riscos cibernéticos em outros países e o tratamento dado pelos reguladores/supervisores internacionais sobre o assunto;
- Identificar possíveis lacunas ou problemas regulatórios que demandem a atuação normativa pelo estado, por meio de regulamentação infralegal; e
- Identificar possíveis novos produtos e novos mercados, como o seguro garantia de infraestrutura cibernética.

Há aspectos especiais a serem monitorados, como o uso da chamada "linguagem excludente", que é o rol de riscos excluídos ou eventos não cobertos. A entrada em operação do Sistema de Registro de Operações (SRO), criado pela Susep, permitirá às áreas de regulação e supervisão ter uma visão clara das coberturas efetivamente comercializadas nos seguros de riscos cibernéticos e dos riscos de acumulação/concentração das carteiras, além de análises quantitativas de prêmios e sinistros.

[**Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

REVISTA DE SEGUROS, UMA PUBLICAÇÃO CENTENÁRIA

O periódico faz parte do acervo do Cedom, que completou dez anos e ganhou, a partir desta edição, um espaço para divulgar a memória do setor.

O Centro de Documentação e Memória do Mercado Segurador (Cedom) completa uma década de existência neste ano. Para brindar a data, a cada nova edição da *Revista de Seguros* traremos uma seção dedicada ao principal acervo do centro.

A coluna "Arquivo Seguro" oferece uma retrospectiva da publicação, mergulhando nas edições passadas, revisitando momentos marcantes e evoluções do setor e destacando as histórias que moldaram o cenário do mercado segurador. A seção possibilita uma viagem pelo arquivo histórico, repleta de acontecimentos e informações que revelam a rica trajetória da indústria de seguros ao longo do tempo.

O Cedom foi implantado em agosto de 2014 para catalogar e cuidar dos documentos de valor histórico acumulados pela Biblioteca Luiz Mendonça e captados em empresas do setor e em outros segmentos da sociedade. Em 2023, o Cedom finalizou a digitalização de parte de seu acervo com o objetivo de preservar e facilitar o acesso à memória do setor.

Passaram pelo processo não somente a *Revista de Seguros*, como também o Anuário de Seguros, a Revista do IRB, o Boletim Informativo Fenaseg, o Jornal de Seguros, os artigos de Luiz Mendonça, ex-consultor da Fenaseg, e o boletim Prevenção de Acidentes.

A REVISTA DE SEGUROS

A *Revista de Seguros* teve o seu primeiro número publicado em julho de 1920. Há mais de cem anos, a publicação vem se consolidando como o principal veículo de informação do mercado, testemunha da evolução histórica do seguro no País no último século.

Mais do que registros da história do seguro, identificamos em suas páginas reflexos do contexto brasileiro e internacional. A *Revista de Seguros* navegou por uma infinidade de acontecimentos, desde as mudanças geopolíticas que moldaram o século passado até os desafios e avanços tecnológicos contemporâneos.

Em quase 104 anos de atividade, o periódico atravessou grandes guerras, testemunhou a

chegada do homem à lua, viu renascer a democracia no Brasil com uma nova Constituição e viveu uma pandemia.

Cruzando guerras e períodos de paz, crises econômicas e eras de prosperidade, a publicação se destacou por sua capacidade de adaptação e por proporcionar conhecimentos valiosos sobre os desdobramentos que influenciaram o setor de seguros.

Reforçando o que dizia matéria publicada na primeira edição da *Revista*:

> **"Quem não poude a guerra mundial abater? O seguro.**
> **O credito soffreu, quasi desappareceu; o seguro não, resistiu, jugulou crises, attenuou a extensão do cyclopico desastre."**
>
> **(Revista de Seguros - julho de 1920, p. 2)**

Mas nem só de temas da política e da economia viveu a publicação ao longo do tempo. Os principais eventos esportivos também deixaram sua marca na trajetória da *Revista de Seguros*. No decorrer dos anos, a publicação dedicou espaço para analisar a interseção entre o mundo do seguro e os megaeventos esportivos, explorando a complexidade dos seguros relacionados a esses torneios de grande escala. Copas do Mundo de futebol, Olimpíada e automobilismo foram assuntos tratados pela *Revista*, este último graças à carreira promissora de Ayrton Senna, um ícone brasileiro.

Hoje, são os atletas olímpicos patrocinados pela CNseg que se destacam. Além deles, observamos que as mudanças climáticas e a popularização do seguro são temas amplamente discutidos nas edições mais recentes da *Revista*.

Ao registrar eventos históricos, a *Revista de Seguros* não apenas documentou o passado, como também se consolidou como uma fonte essencial para entender o presente e identificar as tendências para o futuro da indústria.

Para obter mais informações sobre as edições da *Revista de Seguros*, estas estão digitalizadas e acessíveis no site: **cedom.cnseg.org.br**.

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

FRAUDES CHEGAM AOS PLANOS ODONTOLÓGICOS E MOBILIZAM OPERADORAS

Os crimes aumentam na mesma proporção que cresce o número de beneficiários, muitas vezes cúmplices dos golpes sem ter conhecimento.

Embora mais frequentes e caras nos planos de saúde, as fraudes também estão presentes nos planos odontológicos e começam a ser rastreadas pelas operadoras do mercado nacional. Novas tecnologias ajudam empresas e especialistas em fraudes a identificar as principais ocorrências, lembrando o *modus operandi* das quadrilhas que atuam contra os planos de saúde.

À medida que o mercado de planos odontológicos avança, a fraude encontra mais apetite para atuar. Em janeiro, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o número de beneficiários exclusivos de planos odontológicos totalizou 32,7 milhões de segurados, ao passo que, nos planos de saúde, chega a quase 51 milhões. A *Revista de Seguros* consultou especialistas, que não quiseram se identificar, e entidades do mercado segurador para conhecer as práticas mais comuns de fraudes e as ações para combatê-las.

Há, por exemplo, casos de fraudes que consistem em reembolso sem desembolso. Essa prática é a mais comum, já que o paciente não tem nenhum desembolso a receber, mas cobra da operadora do plano odontológico, dividindo os valores fraudados com a clínica ou o dentista.

Segundo dados da ANS, o número de beneficiários exclusivos dos planos odontológicos totalizou 32,7 milhões de segurados, em janeiro deste ano.

Outra modalidade consiste em majorar os valores dos tratamentos dentários, uma forma que visa impedir que o paciente pague parte do tratamento dentário, já que o reembolso é de 80%. A nota é elevada para cobrir o valor total do tratamento, sem que o paciente tenha que pagar do seu bolso o valor restante. Acrescente-se à lista procedimentos dentários que não são realizados, mas o cliente assina e valida o documento por desconhecimento, e as fraudes documentais, que são praticadas com o uso de carimbos dos dentistas ou de assinaturas sem o conhecimento dos profissionais.

AÇÕES DE COMBATE

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) está atenta ao avanço das fraudes e adota ações para combatê-las, seja nos planos odontológicos, seja nos de assistência médica. No plano institucional, merece menção a reorganização da Comissão de Prevenção e Combate à Fraude (CPCF) da

> *"Nossa meta é alcançar cada vez mais pessoas para que todos saibam como as fraudes são prejudiciais para a população em geral, especialmente no bolso."*
>
> **FenaSaúde,** em nota

Federação e a criação da Gerência de Fraude no âmbito da entidade, tornando integral a vigilância no combate às ações criminosas.

Entre as fraudes em planos odontológicos, a Federação destaca a manipulação digital de imagens radiográficas, a cobrança indevida de procedimentos não executados e a solicitação de materiais incompatíveis com o procedimento solicitado. Por meio de nota, assinala que, na maioria dos casos, os beneficiários são utilizados como meio para a fraude, muitas vezes sem conhecimento do ocorrido.

Em razão desse quadro, a FenaSaúde lançou a campanha Saúde Sem Fraude em 2023, que visa informar e orientar a sociedade sobre o bom uso dos planos de saúde e a importância do engajamento na prevenção e no combate às fraudes. Entre outras informações, a campanha alerta para os tipos de fraudes mais comuns contra planos de saúde, convocando a sociedade a denunciá-las, caso identifique sua ocorrência.

"Nossa meta é alcançar cada vez mais pessoas para que todos saibam como as fraudes são prejudiciais para a população em geral, especialmente no bolso", diz a nota da FenaSaúde. Já em outubro de 2022, a Federação havia ingressado na Justiça com uma notícia-crime para investigar empresas de fachada que cometeram fraudes de R$ 51 milhões.

PERDAS VOLUMOSAS

O alerta dado pela FenaSaúde sobre o crescimento das fraudes no setor se confirmou por meio de pesquisa divulgada pelo Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS), realizada pela consultoria Ernst & Young (EY). O estudo apontou que as fraudes e desperdícios causaram perdas estimadas entre R$ 30 bilhões e R$ 34 bilhões, respectivamente, às operadoras de planos de saúde em 2022. A análise levou em conta dados financeiros daquele ano e informações sobre fraudes no setor, além de entrevistas e questionários que envolveram 14 operadoras, especialistas jurídicos, auditorias médicas, empresas de tecnologia e instituições da área.

Desde a identificação da escalada de fraudes contra planos de saúde, as empresas associadas à FenaSaúde têm redobrado as medidas para combater as ações que lesam os beneficiários e todo o sistema de saúde. As operadoras mantêm áreas específicas e têm mecanismos como *token* e biometria facial para tentar conter a ação de fraudadores. Também investem em sistemas de prevenção e inteligência artificial para identificação de casos suspeitos. Os indícios de crime são reunidos e encaminhados às autoridades policiais e de investigação para adoção das medidas cabíveis.

A FenaSaúde e suas associadas emergem como líderes na promoção de ações antifraude, evidenciada pelo aumento expressivo de dez vezes no número de notícias-crime e ações cíveis entre 2018 e 2022.

Outras medidas também já surtiram efeito, como decisões judiciais que suspenderam a perpetuação da fraude, com determinação judicial para que as operadoras suspendessem pagamentos de reembolsos vinculados a prestadores investigados em inquéritos policiais.

[**Por:** Michel Alecrim **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

AUMENTO DE RECUPERAÇÕES JUDICIAIS JÁ IMPACTA MERCADO DE SEGUROS

Apesar da apreensão causada pelo processo e do risco aumentado, a proteção do seguro garantia passa a ser ainda mais necessárias para minimizar prejuízos.

O ano de 2023 foi cenário de um drástico aumento no número de pedidos de recuperação judicial no Brasil na comparação com o ano anterior. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve 19.270 ajuizamentos de ações desse tipo nos tribunais brasileiros no período contra apenas 3.981, em 2022. Mas o principal ponto de atenção não é o número em si, tendo em vista os dados de 2021 (25.469) e 2020 (26.002). A maior preocupação é com o porte das empesas que recorreram a esse instrumento: Lojas Americanas, Light, 123milhas, Cervejaria Petrópolis e SouthRock (dona da Starbucks brasileira).

Esse aumento principalmente nas somas das dívidas, que passam a ser geridas no âmbito de um processo de recuperação judicial, acaba impactando diversas atividades, não só o setor bancário. As empresas de seguro também acompanham esse tipo de desenrolar e eventualmente podem acabar credoras de quem recorre ao mecanismo legal, principalmente se houver valores a receber pela cobertura de um sinistro de Seguro Garantia.

O produto é usado para cobrir eventuais prejuízos no descumprimento de cláusulas, principalmente devido à não entrega de produtos e serviços combinados. Mas também podem ocorrer casos de devedores que fazem uso do seguro como oferta de garantia no lugar de um bem, inclusive para dívidas tributárias.

NEGOCIAÇÕES

Segundo Roque Melo, presidente da Comissão de Riscos de Crédito e Garantia da FenSeg, o não cumprimento de uma obrigação contratual não significa que imediatamente o tomador da apólice – uma construtora, por exemplo, que precise executar uma obra em determinado período – não negocie um novo prazo.

Caso isso não aconteça, a seguradora, se acionada e reconhecer o sinistro, deve pagar uma indenização ou cumprir outra forma de garantia que pode ser a conclusão dos serviços. Se as dificuldades administrativas e financeiras da contratada persistirem e ela entrar com o pedido de recuperação judicial, a seguradora fica impedida de fazer cobranças e terá que aderir ao grupo de credores.

"Caso indenize o sinistro, e a empresa entre depois em recuperação judicial, a seguradora deverá habilitar seu crédito no processo como qualquer outro credor, salvo se contar com outra forma de contragarantia. Por outro lado, se indenizar o sinistro após o início da recuperação judicial, a seguradora poderá mover um processo de execução imediatamente, sem a necessidade de se submeter à recuperação", explica Roque de Melo.

> ***"A seguradora continua respondendo pelas obrigações contratuais ainda que a empresa tomadora da apólice entre em processo de recuperação judicial."***
>
> **Roque Melo,** FenSeg

Segundo ele, o aumento do número de ações gera um ambiente de maior risco, mas esse ce-

"Mas há também um lado positivo da situação, ao estabelecer contornos operacionais e jurídicos e dar ao segurador mais tempo para analisar os riscos."

Luís Felipe Pellon, Aida Brasil

"Um efeito que poderá ocorrer é a seletividade das seguradoras em relação à oferta do produto, e nem todas as empresas conseguirão contratar o seguro."

Alexandre Pantano, Mandaliti

nário, ao contrário do que possa parecer, não torna o Seguro Garantia um instrumento a ser negligenciado. Ao contrário, ele se faz ainda mais necessário para minimizar prejuízos.

"Vias de regra, a garantia permanece hígida e, portanto, a seguradora continua respondendo pelas obrigações contratuais ainda que a empresa tomadora da apólice entre em processo de recuperação judicial. Essa, na verdade, é mais uma das vantagens em sempre exigir seguro para garantir a execução ou cumprimento dos contratos", afirma Melo, acrescentando que o mercado segurador viu crescer o índice de sinistralidade envolvendo empresas em recuperação judicial, com o consequente aumento das indenizações.

Alexandre Pantano, gerente Jurídico em Recuperação de Crédito do Mandaliti, acredita que, devido ao grande número de inadimplências e de casos de recuperação judicial, a tendência é que as seguradoras repassem o aumento de custos para os novos contratos, o que também causa impacto nos negócios e na atividade econômica.

"Um efeito que poderá ocorrer é a seletividade das seguradoras em relação à oferta do produto, e nem todas as empresas conseguirão contratar o seguro. Critérios subjetivos poderão ser criados, tornando os seguros mais seletivos", afirma Pantano.

PRAZOS PRORROGADOS

Luís Felipe Pellon, conselheiro da Associação Internacional de Direito de Seguros (Aida Brasil), afirma que é natural que o cenário cause certa apreensão e perplexidade no mercado de seguros pelo fato de que os prazos das recuperações judiciais são sistematicamente prorrogados.

"Mas há também um lado positivo da situação, ao estabelecer contornos operacionais e jurídicos e dar ao segurador mais tempo para analisar os riscos e definir os prêmios e indenizações adequados, minimizando perdas por meio de de uma boa gestão dos sinistros e da recuperação das indenizações eventualmente pagas", afirma Pellon.

Ele se refere a alterações na legislação e na jurisprudência, que evitam a execução antecipada de dívida junto ao Fisco. São decisões que estão dando maior respaldo ao Seguro Garantia adquirido por esses devedores. Entretanto, há ainda lacunas a serem sanadas.

Sensível ao problema, o Congresso Nacional editou a Lei 13.043/2013, inserindo o seguro no rol de garantias que podem ser oferecidas pelo executado em execuções fiscais. Entretanto, a lei não definiu o momento em que a garantia poderia ser executada.

"Essa lacuna, porém, foi recentemente suprida pela Lei 14.689/2023, que, em seu artigo 5º, veda peremptoriamente a liquidação antecipada desses débitos, que somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado de uma decisão contra o contribuinte", explica Pellon.

[**Por:** Liliana Caldeira, presidente da Sou Segura **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

A 'SOU SEGURA' E O MERCADO DE SEGUROS: MOMENTO DE CELEBRAR

Essa disparidade de participação(de gênero) em níveis mais altos revela o fenômeno do "degrau quebrado" ou do "teto de vidro".

A 'Sou Segura' nasceu oficialmente em 2018, ainda sob o nome de Associação das Mulheres do Mercado de Seguros (AMMS). Antes, não existíamos como pessoa jurídica. Na prática, éramos uma sociedade de fato, formada por mulheres corajosas e dispostas a mostrar seu valor.

Naquele tempo, éramos o Clube das Luluzinhas, e promovíamos eventos, "passando o chapéu" para obter dinheiro para o coffee e para o espaço. As palestrantes eram guerreiras voluntárias na missão de demonstrar todo conhecimento e força, já que, nos idos de 1990, o mercado de seguros ainda era um lugar onde predominavam ternos e gravatas, com rara e escassa presença feminina em lugares de fala e de protagonismo.

Por conta desse cenário, resolvemos nos profissionalizar e crescer – afinal de contas éramos mulheres, executivas, empreendedoras, muitas chefes de família e donas de nosso destino. E foi essa a força-motriz para mudar e nos formalizar como uma associação, cuja missão é lutar por um ambiente sem desigualdade de gênero, na busca pela equidade.

No Brasil, as mulheres ganham cerca de 20% menos do que os homens, e a diferença salarial entre os gêneros segue nesse patamar elevado mesmo quando se compara trabalhadores do mesmo perfil.

Os estudos realizados pela ENS, com o apoio da CNseg e da Fenacor sobre as Mulheres no Mercado de Seguros no Brasil, mostram retratos da desigualdade em nosso segmento de negócio, e também que estamos caminhando para um melhor momento.

Sabemos que a proporção de mulheres nas seguradoras é de 54,4% em todos os níveis. Contudo, em níveis hierárquicos mais altos, esse número avançou para dois homens para cada mulher, contra quatro por uma, na proporção do primeiro estudo, feito há dez anos.

Essa disparidade de participação em níveis mais altos revela o fenômeno do "degrau quebrado" ou do "teto de vidro". Além desse aspecto, mulheres, em todo mundo, ganham menos do que os homens, mesmo exercendo a mesma função. Até por conta dessa realidade, foi promulgada a recente lei de igualdade salarial em nosso País: Lei 14.611/2023.

No Brasil, as mulheres ganham cerca de 20% menos do que os homens, e a diferença salarial entre os gêneros segue nesse patamar elevado mesmo quando se compara trabalhadores do mesmo perfil de escolaridade e idade e na mesma categoria de ocupação. É o que mostra levantamento da consultoria IDados, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (dados de 2021)

Segundo os estudos da vencedora do Prêmio Nobel de Economia de 2023, Claudia Goldin, professora da Universidade Harvard, parte da

O trabalho da 'Sou Segura' gera efetivos impactos, porque, além de mostrar a realidade, propõe sugestões e alternativas para a busca da equidade de gênero e promoção da diversidade.

explicação para essa grande disparidade salarial e de oportunidades entre homens e mulheres ("*gender gap*", em inglês) é a fase da vida em que mulheres precisam tomar decisões importantes para suas carreiras, ainda muito jovens, quando devem fazer escolhas sobre assuntos como maternidade, por exemplo.

Para além dos problemas financeiros causados pelo *gender gap* e a sobrecarga dos trabalhos de cuidado, outros fatores impõem sofrimento psíquico às mulheres: pressões estéticas e as violências de gênero, conforme revelou o relatório Esgotadas da ONG Think Olga. De acordo com dados deste relatório, no Brasil, quase 60 mil mulheres sofreram violência diária em 2022.

PRÁTICAS E AÇÕES

Esses pontos mostram a necessidade premente da continuidade do trabalho da 'Sou Segura', no sentido de trazer luz para esses temas, abordá-los, discuti-los e tratá-los com ideias, práticas e ações que objetivem soluções e alternativas viáveis para o seu enfrentamento.

Assim, a importância da atuação da 'Sou Segura' está em seu trabalho de conscientização e engajamento de mulheres e homens que integram o nosso mercado, e uma conscientização para as causas que envolvem as mulheres, inclusive para além do ambiente de trabalho.

O trabalho da 'Sou Segura' gera efetivos impactos, porque, além de mostrar a realidade, propõe sugestões e alternativas para a busca da equidade de gênero e promoção da diversidade, destacando-se também as vantagens desta inclusão na obtenção de resultados financeiros para as empresas, no estímulo à criatividade e à inovação e no atingimento de um ambiente de trabalho com bem-estar, respeito e pluralidade.

Do ponto de vista das pessoas, o trabalho da 'Sou Segura' se materializa na realização de iniciativas que permitem às mulheres ter maior visibilidade e se desenvolver, seja por meio de eventos, treinamentos, palestras, programa de mentoria, espaço para escrita e fala de mulheres.

Neste sentido, apoiamos as mulheres a escalar suas vidas profissionais e a buscar saúde física, mental e emocional com espaço de escuta e acolhimento. Como exemplos, temos nossa Coluna Fala Mulher, a TVSegura, o podcast VozSegura, os eventos técnicos (*insurance meetings*), a cartilha de boas práticas, o programa de mentoria *intercompany*, as premiações anuais em que reconhecemos nossos patrocinadores por suas ações em prol da equidade de gênero.

Isso sem falar em emblemático evento 'Sou Segura' Summit, que ocorreu em 2021 e em março de 2023, cujos ecos reverberam até hoje em elogios sobre seu conteúdo e forma.

Nosso mercado está melhor em termos de representatividade, mas ainda há muito por fazer, e é esta a missão da 'Sou Segura'. E para celebrar este momento em que vemos nosso mercado seguir melhor, rumo a equidade, vamos homenagear nossas mulheres com a publicação de um livro.

O livro "Fala Mulher" é uma coletânea com os 38 artigos mais lidos, escritos por mulheres incríveis para a coluna Fala Mulher ao longo dos últimos anos, abordando temáticas vinculadas a carreira e diversidade, a pandemia e seus impactos e artigos técnicos.

Celebrar é preciso, porque conquistas vêm com a perseverança e com muito trabalho, e para isso a 'Sou Segura' e as mulheres do nosso mercado têm energia de sobra.

"TEM SEGURO DE...?"

[**Por:** Vagner Ricardo **Fotos:** Divulgação, Banco de Imagens]

SEGURO QUE PROTEGE EMPRESAS DE INADIMPLÊNCIA CRESCE EM RITMO LENTO

Seguro de Crédito Interno, que mantém o faturamento livre de calotes corporativos, ainda é pouco difundido no País, apesar dos benefícios que representa.

O Seguro de Crédito Interno, voltado para operações entre pessoas jurídicas com domicílio no País, representa um importante instrumento de prevenção contra inadimplência — a rigor, é uma forma de manter o faturamento das empresas que vendem a prazo blindado do risco de calotes corporativos. Exemplo disso ocorreu com as empresas seguradas que conviveram com a inadimplência da Lojas Americanas, em virtude de seu pedido de recuperação judicial, apresentado em janeiro de 2023.

Esses fornecedores foram indenizados antes de qualquer plano de recuperação aprovado, ficando a seguradora em seu lugar na lista de credores. A indenização, contudo, não é integral — cobre 90% dos recebíveis dos segurados, que, via participação obrigatória de 10%, absorvem o restante da perda. Esse mecanismo de participação é uma forma de incentivar a manutenção adequada da carteira de crédito e garantir que as vendas sejam feitas para empresas em boa situação financeira, explicam especialistas.

Mesmo com seus benefícios, o produto segue em ritmo lento de expansão no potencial do mercado brasileiro. Lançado quase no final dos anos 1990, na sequência do programa de estabilização econômica o Plano Real, de1994, o seguro ainda é pouco pulverizado na malha empresarial e sequer alcançou a casa de seu primeiro bilhão. A constatação é de Rogério Vergara, professor da Escola de Negócios e Seguros (ENS), ao lembrar que,

no mercado global, essa receita gira em torno de € 7 bilhões.

Para ele, além do número reduzido de seguradoras especialistas em seguro de Crédito Interno (para operações domésticas) e de Crédito às Exportações (produto equivalente para operações internacionais) — em torno de sete grupos — e o pouco número de corretores especializados na modalidade, a falta de conhecimento dos segurados faz o produto permanecer distante do mercado potencial.

Vergara diz que a compra é mais frequente entre empresas multinacionais e grupos nacionais que vendem a prazo para organizações varejistas. "As empresas que contratam esse produto são, em geral, multinacionais que têm a cobertura em seu país e são orientadas pelas matrizes a contratar o produto no mercado brasileiro. Aqui há empresas brasileiras seguradas porque experimentaram e entenderam que a cobertura oferecida é vantajosa para elas. Mas não há dúvida de que a modalidade ainda tem demanda muito reduzida na malha empresarial", avalia.

> *"As empresas que contratam esse produto são, em geral, multinacionais que têm a cobertura em seu país e são orientadas pelas matrizes a contratar o produto no mercado brasileiro."*
>
> **Rogério Vergara,** ENS

Melhor ainda: as empresas pagam um prêmio bastante reduzido — muito abaixo de 1% dos capitais segurados — e o recebimento da indenização pode ocorrer, em média, entre 60 e 180 dias, dependendo dos contratos e das negociações a cargo das seguradoras para reaver o valor devido pelo inadimplente.

É importante ter divulgação e treinamento de corretores, a fim de aumentar a conscientização e o acesso a esse tipo de seguro. Da mesma forma, as seguradoras devem dar mais publicidade à existência dele, porque há benefícios para que as empresas seguradas permaneçam de pé, mesmo enfrentando inesperado calote de empresas tradicionais em dificuldades.

Uma jornada inovadora tem início e meio, mas nunca um fim.

Estude na Escola de Negócios e Seguros, a maior instituição de ensino especializada em Seguros da América Latina.

- **GRADUAÇÃO**
- **PÓS-GRADUAÇÃO**
- **MBA**
- **IMERSÕES INTERNACIONAIS**
- **CERTIFICAÇÕES AVANÇADAS**
- **E MUITO MAIS!**

CONHEÇA MAIS
SOBRE A ENS EM:
ens.edu.br
0800 025 3322

NOSSAS UNIDADES

Rio de Janeiro
Rua Senador Dantas, 74
Centro, Rio de Janeiro - RJ

São Paulo
Rua Augusta, 1600
Consolação, São Paulo - SP

ens
A sua Escola de Negócios e Seguros.

NOTÍCIAS DO SEGURO

O essencial do mercado em um só lugar.

Desvende o universo do mercado segurador com o portal Notícias do Seguro.

Explore informações exclusivas, tendências e insights que moldam o setor.

Notícias do Seguro, sua fonte confiável de conhecimento - sempre atualizada.

noticiasdoseguro.org.br

CNseg